



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
Departamento de Educação – DEDC / CAMPUS I
Programa de Pós-Graduação em Educação e
Contemporaneidade – PPGEDUC



SIMONE NEVES PINTO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: práticas pedagógicas, atitudes e formação de valores nas
escolas - Iraquara /Ba**

Salvador,

2017

SIMONE NEVES PINTO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: práticas pedagógicas, atitudes e formação de valores nas escolas - Iraquara /Ba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

Salvador,

2017

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

P659

Pinto, Simone Neves

Educação Ambiental: práticas pedagógicas, atitudes e
formação de valores nas escolas – Iraquara/ Bahia /Simone
Neves Pinto. Salvador-2017

93 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação e Contemporaneidade

1.Educação Ambiental 2.Práticas Pedagógicas 3.Escolas - Iraquara

I. Título

CDD 372.357

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa Dissertação para fins acadêmicos, desde
que seja citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, ATITUDES E FORMAÇÃO DE VALORES NAS ESCOLAS – IRAQUARA-BA

SIMONE NEVES PINTO

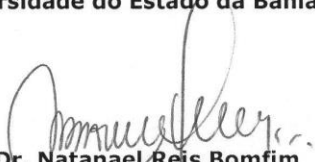
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 08 de maio de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona, UB, Espanha



Profa. Dra. Maria Luiza Figueiredo Heine
Universidade Tiradentes – UNIT
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – Uneb



Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal –UQ, Canadá

O saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica. É a confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem – da economia, da ciência e da tecnologia – para uma nova ordem geofísica, da vida, da cultura. Vivemos hoje um mundo da complexidade, no qual se amalgamam a natureza, a tecnologia e a textualidade, onde sobrevivem e tomam novo significado, reflexões filosóficas e identidades culturais no torvelinho da cibernética, da comunicação eletrônica e da biotecnologia.

Enrique Leff

*Dedico este trabalho aos meus pais, meus irmãos e ao meu filho,
Souzinha, razão da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de grande empenho e renúncias cujo resultado seria impossível sem a graça de Deus e sem o apoio de verdadeiros parceiros que acreditaram e me apoiaram nesta caminhada. Sou imensamente grata a todos que contribuíram para que eu chegasse até aqui, especialmente:

Agradeço a Deus pelo dom precioso da vida, pela sabedoria que me foi concedida e pelos caminhos percorridos, protegendo-me dos perigos ao longo da jornada. Sem a Tua presença e proteção essa conquista seria impossível.

Ao meu pai, Manoel Messias Pinto, e à minha querida e dedicada, mãe Iraci Neves dos Santos Pinto, pelos muitos esforços realizados em prol da minha educação.

Ao meu amado filho, Souzinha, por ser a razão da minha vida e das minhas conquistas.

Ao meu Irmão, Silvano e minhas irmãs Aureci, Sidalva, Luciana e Lucinete pelo amor, confiança e apoio em todos os momentos deste trabalho.

Aos todos os meus sobrinhos, em especial a Márcia e João Henrique pelo carinho recebido;

Ao meu orientador, Dr. Eduardo Nunes pelo apoio, incentivo e dedicação na orientação e condução desse trabalho.

A todos os professores do Mestrado por transmitirem conhecimentos e experiências, apoiando-me e orientando-me nas dificuldades, a Maria Luiza Heine, Avelar Mutim, em especial ao professor Dr. Natanael Reis Bonfim, pela solidariedade, generosidade e pelo incentivo na difícil tarefa de persistir.

Ao PPGEduC por oportunizar-me a ampliação dos horizontes humano/científicos, a partir dos quais outras portas me foram/serão abertas. E àqueles que foram capazes de um gesto de compreensão e bondade, tornando de modo particular meus amigos.

Agradeço aos pais, alunos e todos os funcionários das escolas Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho, por colaborarem diretamente com a pesquisa.

Aos meus amigos (as) Sônia, Margô e Edson Barreto pelo estímulo, confiança e pelas contribuições e apoio dedicado em todos os momentos desta minha caminhada. A todos àqueles que de alguma forma me ajudou, muito obrigada.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado é resultado de uma pesquisa de campo, cuja linha de investigação discorre sobre Educação Ambiental, práticas pedagógicas, atitudes e formação de valores nas escolas Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho no município de Iraquara/Bahia. O objetivo do estudo é compreender as práticas educativas que articulam os conteúdos curriculares de educação ambiental com o desenvolvimento de valores e atitudes dos educandos. Dessa forma, para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se da pesquisa qualitativa, exploratória, estudo de caso múltiplo por abranger três escolas da rede municipal de ensino de Iraquara/Bahia. O trabalho se insere também dentro da perspectiva da análise fenomenológica que, segundo Triviños (2012), a fenomenologia se configura como o estudo das essências: a essência da percepção e da consciência. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada feita aos diretores escolares, roda de diálogo com coordenadores pedagógicos, professores (as), alunos (as) e diálogo com os pais, bem como, participação em feiras de Educação Ambiental e análise de documentos escolares e leis municipais. Os resultados e conclusões da pesquisa permitem afirmar que o tema Educação Ambiental está presente nas três escolas, embora, foi constatado que por algum tempo as ações desenvolvidas não eram planejadas e aconteciam pontualmente. No decorrer do percurso, o (a) educador (a) foi aprimorando suas práticas e as ações passaram a ser planejadas pelas escolas, visando o desenvolvimento de valores e atitudes dos sujeitos nas práticas de EA. De acordo, a investigação, constata-se ainda que, são poucas as mudanças comportamentais dos educandos, após a realização do trabalho de EA nas escolas, fazendo-se necessário um maior investimento da Secretaria Municipal de Educação no desenvolvimento do trabalho de EA, com a ampliação do projeto e o envolvimento da comunidade local e do poder público, conscientizando os estudantes e munícipes da importância de preservar a vida no planeta.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Prática Pedagógica; Formação de Valores.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a field research, whose line of research deals with Environmental Education, pedagogical practices, attitudes and value formation in schools Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista and Maria Nilda de Carvalho in the municipality of Iraquara / Bahia . The objective of the study is to understand the educational practices that articulate the curricular contents of environmental education with the development of values and attitudes of students. Thus, for the development of the work, we used the qualitative, exploratory research, multiple case study because it covers three schools of the municipal school network of Iraquara / Bahia. The work also falls within the perspective of the phenomenological analysis that, according to Triviños (2012), phenomenology is configured as the study of essences: the essence of perception and consciousness. For this purpose, a semistructured interview with school directors was used as a data collection tool, a dialogue with pedagogical coordinators, teachers, students and dialogue with parents, as well as participation in education fairs Environmental and analysis of school documents and municipal laws. The results and conclusions of the research allow to affirm that the theme Environmental Education is present in the three schools, although, it was found that for some time the actions developed were not planned and happened in time. During the course, the educator improved his practices and the actions started to be planned by the schools, aiming at the development of values and attitudes of the subjects in the practices of EE. Accordingly, the research shows that there are few behavioral changes of the students, after the completion of EE work in schools, making it necessary to increase investment of the Municipal Department of Education in the developed EA work, with The expansion of the project and the involvement of the local community and public power, making students and residents aware of the importance of preserving life on the planet.

Keywords: Environmental Education; Pedagogical Practice; Values and Attitudes.

LISTA DE FOTOS

Foto 01. Poço de águas cristalinas que deu origem à cidade de Iraquara	38
Foto 02. Gruta Lapa Doce	39
Foto 03. Rio Pratinha	40
Foto 04. Lagoa de Piroca.....	41
Foto 05. Cultivo da mamona.....	46
Foto 06. Parte interna da Escola Municipal Artemízia Rodrigues Nogueira.....	50
Foto 07. Escola Municipal Emídio Pereira Evangelista.....	52
Foto 08. Escola Municipal Maria Nilda de Carvalho	54
Foto 09. Produção de horta na Escola Municipal Artemízia Rodrigues Nogueira	68
Foto 10. Pátio da Escola Municipal Artemízia Rodrigues Nogueira	69
Foto 11. Horta produzida pelos (as) alunos (as) no terreno doado pelo vizinho em frente à antiga Escola Emídio Pereira Evangelista	71
Foto 12. Escola Municipal Maria Nilda de Carvalho	75
Foto 13. Pátio da Escola Maria Nilda de Caralho antes do Projeto de EA.....	77
Foto 14. Pátio da Escola Maria Nilda de Caralho depois do Projeto de EA	77
Foto 15. Jardim suspenso, confeccionado pelos (as) alunos (as) da Escola Municipal Artemízia Rodrigues Nogueira.....	79
Foto 16. Rio Pratinha	80
Foto 17. Rio Pratinha	81

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01. Mapa do município de Iraquara-Bahia	37
Imagem 02. Empresa Brasil Ecodiesel - Iraquara/Bahia.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

CMMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

EA - Educação Ambiental

FUMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente

IBS - Instituto Brasil solidário

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de diretrizes e Bases da Educação

NEE - Necessidades Educacionais Especializados

PEA - Programa de Educação Ambiental

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PIEA- Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental

PPP - Projeto Político pedagógico

TPE - Todos Pela Educação

SUMÁRIO

01 – INTRODUÇÃO	13
1.1 – Pertencimento e inquietações	17
2.0 – A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO SUJEITO: VALORES E ATITUDES	22
2.1 – A escola: um lugar de destaque na produção do conhecimento	22
2.2 – Novos tempos, novos conceitos da educação ambiental	29
3.2 – O Projeto Político Pedagógico e sua (s) influência (s) no debate ambiental contemporâneo.....	33
3.0 – O MUNICÍPIO DE IRAQUARA: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS.....	37
3.1 – Iraquara: Uma história de lutas, descobertas e encantos	37
3.1.1 – Aspectos socioambientais do município.....	43
3.1.2 – Aspectos econômicos	46
3.1.3 – Educação do município de Iraquara	48
3.2 – Caracterização dos espaços de pesquisa	50
4.0 – PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES E ESTUDANTES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	56
4.1 – O Projeto Político Pedagógico: um fazer a muitas mãos.....	57
4.2 – O processo de implementação do tema EA nas escolas pesquisadas	65
4.2.1 – Diálogo com professores (as) e coordenadores (as)	66
4.2.2 – Diálogo com os estudantes	76
4.2.3 – Diálogo com os pais	82
5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
6.0 – REFERÊNCIAS.....	87

1. INTRODUÇÃO

O equilíbrio ecológico exige mudanças profundas do papel que o ser humano deve desempenhar no ecossistema planetário.

Gutiérrez.

O presente trabalho insere-se no contexto da discussão sobre a Educação Ambiental (EA), que nas últimas décadas vem ganhando visibilidade na sociedade contemporânea, a exemplo da primeira Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU para o meio ambiente que aconteceu na Suécia, em 1972. O objetivo do encontro era chamar a atenção da sociedade para melhorar a relação com o meio ambiente, pois até então se acreditava que o meio ambiente era uma fonte inesgotável e a relação do homem com a natureza era desigual. Nesse encontro foram criados os 26 princípios que iriam direcionar os indivíduos de todo o mundo a melhorar e preservar o meio ambiente.

O assunto segue em pauta, e em 1992 acontece a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED 92), considerada uma das maiores conferências para a discussão de questões ambientais, conhecida também como Rio-92 ou Eco-92. O evento foi organizado pela ONU no Rio de Janeiro, um momento histórico e importante onde foi criado a Agenda 21 e um acordo chamado Convenção da Biodiversidade. Neste evento foi proposto o “comprometimento de todos em defender o desenvolvimento sustentável” (PELECONI, 2005, p. 737), para o autor, desenvolvimento sustentável é aquele que os recursos naturais existentes na terra fossem usado com cuidado e na quantidade necessária, de forma a garanti-los para as futuras gerações.

As discussões sobre o tema têm aumentado devido aos desastres ambientais que ocorrem frequentemente, a exemplo do que aconteceu em Minas Gerais/Brasil¹, o rompimento da barragem de rejeitos da empresa mineradora Samarco ocasionando destruição da natureza, extinção de espécies animais e vegetais, poluição, afetando a saúde da população humana e animal, dentre outros.

Vive-se um momento histórico marcado pelas incertezas, pelo avanço da tecnologia do consumismo exagerado e da crise de identidade e a maior preocupação é com o futuro do planeta e da preservação da vida. “Rompemos o equilíbrio natural e, se não o recuperarmos com urgência, devemos nos ater a suas consequências: estamos jogando com a sobrevivência

¹ O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 11/2015 - destruiu o distrito mineiro de Bento Rodrigues - Considerado o maior desastre do gênero da história mundial nos últimos 100 anos - 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m³) – despejados em Mariana (MG) equivale, praticamente, à soma dos outros dois maiores acontecimentos do tipo já registrados no mundo - ambos nas Filipinas, um em 1982, com 28 milhões de m³; e outro em 1992, com 32,2 milhões de m³ de lama.

de nossa espécie”. (GUTIÉRREZ E PRADO, 2013, p.33). Diante do exposto, a Educação Ambiental é vista como um caminho para a formação de sujeitos conscientes e cautelosos, devendo estes, conservar os recursos naturais pensando nas gerações futuras, bem como nas atuais que já sofrem os danos causados à natureza.

Nas últimas décadas, a Educação Ambiental (EA) começou a ganhar relevância nos debates internacionais e nacionais; são muitos encontros realizados em várias partes do mundo para tratar do assunto. No Brasil, entretanto, essa preocupação se inicia no século XIX, quando D. Pedro II instituiu a Lei 601 proibindo a exploração florestal nas terras descobertas; porém, a lei foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café.

Atualmente, a Política Nacional de Educação Ambiental está bem mais fortalecida. Existem as Leis que regulamentam as ações humanas com relação aos cuidados e conservação com o meio ambiente, por exemplo, há também programas, projetos e um grande número de literaturas voltadas para estas questões, como os Parâmetros Curriculares do MEC que incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo. Na primeira parte do PCN Meio Ambiente, observa-se que este chama a atenção para a necessidade da busca de novos valores e atitudes no relacionamento com o meio em que vivemos. O mesmo enfatiza a urgência da implantação de um trabalho de Educação Ambiental que contemple as questões da vida cotidiana do cidadão e discute algumas visões polêmicas sobre essa temática.

Observando as políticas de EA a nível nacional e estadual e de acordo com análises da política ambiental do município de Iraquara/Bahia, localizado no território da Chapada Diamantina, percebe-se que este vem dando os primeiros passos em relação à criação de documentos e projetos de preservação ambiental. Por volta do ano 2002, algumas escolas elaboraram e desenvolveram projetos institucionais de Educação Ambiental, dentre elas, a escola Artemízia Rodrigues Nogueira. E no ano de 2013, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) implanta em toda a rede municipal de ensino o Projeto Institucional de EA.

Iraquara/Ba apresenta um universo de trinta e cinco (35) escolas municipais; uma (01) escola estadual, localizada na sede, com três (03) anexos (um anexo localizado na vila Iraporanga, outro no povoado de Zabelê e um anexo do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITEC – implantada no povoado de Santa Rita); e uma (01) escola particular.

Com base nesse contexto, emerge uma reflexão ampliada, que alerta para a necessidade de fazer um estudo sobre o trabalho de EA desenvolvido em três escolas da rede:

uma localizada na sede do município, a escola Maria Nilda de Carvalho e duas localizadas na zona rural, a Emídio Pereira Evangelista – situada próximo ao assentamento dos sem terras e a escola Artemízia Rodrigues Nogueira – localizada no polo turístico mais forte de Iraquara, o povoado de Santa Rita, onde fica as grutas mais frequentadas por turistas do mundo inteiro e o rio Pratinha – Oásis do sertão que recebe anualmente mais de quarenta mil turistas. Tal situação faz supor a necessidade de uma ação enfática eco ambiental no município, o que consiste em um desafio, não só de alcançar uma postura ambiental desejada para a convivência cidadã, mas uma projeção de diligência em relação ao legado natural, que tanto embeleza o município.

Partindo deste pressuposto, surge a indagação: Como o tema educação ambiental tem sido trabalhado nas escolas municipais Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho de Iraquara-Bahia, e qual a relação da prática pedagógica com o desenvolvimento de novos valores e atitudes nos alunos e alunas dessas escolas.

Tendo em vista o questionamento acima, o objetivo deste estudo é compreender as práticas educativas que articulam os conteúdos curriculares de educação ambiental com o desenvolvimento de valores e atitudes dos educandos. Para o alcance do objetivo geral, foram traçados alguns objetivos específicos: a) Analisar o processo de implementação do tema EA nas escolas pesquisadas; b) Identificar valores e atitudes dos sujeitos envolvidos na pesquisa na conservação e manutenção do meio ambiente; c) Analisar a coerência entre os Projetos Político Pedagógicos e as ações desenvolvidas nas escolas; d) Verificar os impactos do trabalho de EA desenvolvido nas escolas junto à comunidade.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se a pesquisa qualitativa, exploratória, que, segundo André (2013), a pesquisa qualitativa é fundamental para quem adota como instrumento de trabalho de campo: o estudo de caso. O trabalho se justifica na perspectiva de um estudo de caso múltiplo por abranger três escolas da rede municipal de ensino de Iraquara/Ba, a Escola Municipal Artemízia Rodrigues Nogueira, a Emídio Pereira Evangelista e a Escola Maria Nilda de Carvalho, cada uma com suas particularidades e anseios. Sabe-se que a pesquisa qualitativa com estudo de caso possibilita, entre outros, a descoberta, além disso, enfatiza a interpretação do contexto estudado, retrata a realidade de forma completa e profunda, usa variedades de fontes de informação, representa os diversos pontos de vista presentes numa situação social, mesmo que sejam conflitantes.

É válido afirmar também, que se utilizou da perspectiva da análise fenomenológica que, segundo Triviños (2012) a fenomenologia estuda as essências: a essência da percepção e

da consciência por exemplo. Ainda de acordo o autor, a ideia da fenomenologia, é a noção de intencionalidade, ou seja, a intencionalidade da consciência que sempre está dirigida a um objeto, que neste caso a intenção do estudo é, além do que já foi mencionado, é que o “saber ambiental está num processo de construção” LEFF (2010, p. 163).

Para a coleta de dados foram utilizados instrumentos como entrevistas semiestruturadas; elaboração de formulários com perguntas abertas, coleta de dados de arquivos de programas (análise documental: Leis, Decretos Ambientais, PPPs, projetos, sequências didáticas e planos de aula). Entrevista com os três (03) diretores escolares, e uma (01) supervisora técnica da Secretaria de Educação, para tratar da implantação da EA nas escolas e da inclusão do tema na construção e reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos. Visita às escolas pesquisadas, diálogo com os coordenadores (as) pedagógicos (as) professores (as), pais e alunos (as), bem como, participação em feiras de EA nas escolas.

O quantitativo de participantes nas rodas de diálogos variou de acordo o tamanho da escola, sendo de cinco (05) a dez (10) participantes.

A partir dos dados coletados e das entrevistas feitas aos diretores escolares, diálogo com coordenadores (as) pedagógicos (as), professores (as), alunos (as) e pais, análise documental, foi feita a descrição e interpretação dos mesmos. Após a conclusão da pesquisa, pretende-se realizar a devolução dos resultados para o município, bem como para as escolas e para os sujeitos envolvidos no trabalho.

O caráter de pesquisa qualitativa escolhido para o desenvolvimento deste estudo possibilitará também um cunho educativo, pois, segundo Paulo Freire, “Fazendo pesquisa me educo e estou me educando com os grupos populares; pesquisar e educar se identificam em um permanente movimento”².

Acredita-se que a devolução dos resultados da pesquisa possibilitará aos pesquisados um autoconhecimento, no que se refere às contribuições que o Projeto possa ter gerado para a melhoria da sua qualidade de vida e do meio ambiente no seu entorno.

A pesquisa está dividida em cinco capítulos, assim distribuídos: o primeiro apresenta a Introdução do trabalho, seguido de um subitem, intitulado: Pertencimento e Inquietações, fazendo uma pequena abordagem sobre minha trajetória estudantil e apresentação do meu percurso profissional, enfatizando o momento em que coordenei o projeto de Educação Ambiental nos municípios de Iraquara, Lençóis e Palmeiras através do Instituto Brasil Solidário (IBS).

² FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra LTDA. , 1974. p. 122.

No segundo capítulo, discute sobre “A Escola e a Formação do Sujeito Sustentável: valores e atitudes”, onde esta assume um papel desafiador na formação de sujeitos conscientes e responsáveis com o ambiente onde vive. Ainda neste capítulo, com o subtítulo, “Novos tempos, novos conceitos da Educação Ambiental”, traz em seu bojo um dos conceitos de EA apresentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que no artigo 2º. Diz que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação e uma atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. Nesse mesmo capítulo, discute-se também sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e sua(s) influência(s) no debate ambiental contemporâneo. O texto aborda sobre a importância do PPP da escola e como este deve ser construído, levando em consideração a realidade local e a participação de todos: escola, pais e comunidade, uma vez que as práticas pedagógicas devem estimular o corpo discente a refletir e propor soluções para os problemas de suas comunidades. O capítulo discute ainda sobre como a temática educação ambiental está inserida nos PPPs das escolas.

O terceiro capítulo faz uma apresentação do contexto Histórico Geográfico de Iraquara, o surgimento e povoamento da região e uma breve apresentação do patrimônio natural pertencente ao município. Ainda neste capítulo é feita uma caracterização do espaço de pesquisa, as escolas: Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho.

No quarto capítulo intitulado “Percepções dos educadores e dos estudantes sobre a Educação Ambiental”, faz um retrato da inserção do tema nas escolas pesquisadas, o que dizem os educadores e educadoras sobre o trabalho na escola, quais suas dificuldades e quais os resultados alcançados, e o que dizem os pais, alunos e alunas sobre o assunto.

E por fim, no quinto capítulo apresenta as considerações finais, uma síntese do trabalho apresentada de forma breve tentando recapitular o resultado alcançado.

1.1 Pertencimento e Inquietações

Trabalhar na área de educação é sem dúvida uma das tarefas mais árduas e emocionantes que se pode imaginar. Pois, como toda profissão, o magistério tem uma trajetória construída historicamente. A forma como surgiu a profissão, as interferências do

contexto sociopolítico no qual ela esteve inserida, as exigências colocadas pela realidade social, as finalidades da educação em diferentes momentos e, conseqüentemente, o papel e o modelo de professor.

Ao concluir o curso de magistério em 1996 na cidade de Seabra-BA, voltei para a cidade natal, Iraquara-BA, e no ano seguinte iniciei minha trajetória como professora da antiga primeira série do Ensino Fundamental I. Momento difícil, na sala, boa parte dos alunos tinham a mesma faixa etária que a minha. A turma enfrentava a defasagem idade/série, mal reconhecia o alfabeto e não grafava corretamente o próprio nome. Perplexa com a situação, não sabia o que fazer, mas aquele era o momento de por em prática o que havia aprendido durante a formação.

A profissão de professor combina sistematicamente elementos teóricos com situações práticas reais. É difícil pensar na possibilidade de educar fora de uma situação concreta e de uma realidade definida. Por essa razão a ênfase na prática como atividade formativa é um dos aspectos centrais a ser considerado, como conseqüências decisivas para a formação profissional. (LIBÂNEO, 2004, P.230).

Tendo em vista a importância da prática articulada à teoria, sabe-se que na formação do educador, é relevante vivenciar e experimentar a sala de aula, para que, diante da realidade, se aproprie de novos conhecimentos, incorporando-os à sua prática docente, a fim de desenvolver seu trabalho com autonomia, qualidade e equidade. Apesar das dificuldades encontradas no percurso da atuação docente, estive sempre envolvida num processo de formação continuada e acadêmica que se caracteriza por uma busca constante para a expansão dos meus conhecimentos rumo à superação profissional e qualificação do trabalho.

As ações que influenciaram as mudanças de rota, e que repercutiam nas decisões tomadas, nem sempre foram as mais acertadas, mas indubitavelmente, possibilitaram o matiz da versatilidade de um processo naturalmente descontínuo, mas com a certeza de que é preciso compreender que nesse processo de idas e vindas também se aprende, principalmente com as trocas e superações que nos despertam e nos movem aos interesses objetivados.

A minha história de vida na busca pela superação profissional e por um espaço na sociedade sempre me motivou a buscar a qualificação profissional. Há 19 anos como educadora, sempre acreditei no poder da educação, e traduzi essa experiência em algumas linhas, trazendo à tona as influências do passado, que aos poucos, vai-se moldando em uma versão autobiográfica, o novo, a nova, e a transitória condição de quem está formando-se sempre, é uma satisfação imensurável, como sabiamente ilustra Carvalho, quando diz: “Antes

era o verbo – pretérito e futuro – irá formar-se em... ou formou-se em... hoje presentifica-se e substantifica-se – é a formação”. (CARVALHO, 2007, p. 40).

Durante o percurso, assumi algumas funções: além de professora, trabalhei como coordenadora pedagógica e Dirigente Municipal de Educação (DME). Esta última, considerada a mais desafiadora, por se tratar de uma função que exige do gestor Municipal de Educação conhecimentos da realidade, para realizar com eficiência, políticas públicas que estão sob sua responsabilidade, além de trabalhar com recursos limitados e pouco tempo para implementar projetos. Para superar os desafios encontrados nessa função, era necessário planejar ações que orientasse o trabalho de maneira que todos pudessem desenvolver o seu papel com responsabilidade, em um ambiente acolhedor e prazeroso, promovendo um espaço onde houvesse respeito às diferenças, sejam elas racial, étnica, gênero, social e cultural.

As experiências que tive como coordenadora pedagógica, gestora educacional e a que vivencio como professora, serviram e servem para aprofundar um processo de autocrítica sobre o trabalho do educador. É importante entender que o professor não deve se abster de estudar, pois o prazer pelo estudo e a leitura devem ser evidente, caso contrário não irá passar esse gosto para seus educandos.

Ao deixar a função de Dirigente Municipal de Educação, cargo que assumi de 2009 a 2012, passei a coordenar um projeto de Educação Ambiental pelo Instituto Brasil Solidário (IBS) nos municípios de Iraquara, Lençóis e Palmeiras. Neste projeto, acompanhava os municípios nos trabalhos voltados para ações de sustentabilidade e conservação ambiental. O trabalho estava voltado para o desenvolvimento de sujeitos comprometidos com o mundo sustentável, pessoas capazes de intervir na sociedade e conscientes de seus direitos e responsabilidades. O foco principal do trabalho eram os encontros formativos com a gestão pública e com os diretores escolares para implantação e/ou implementação da educação ambiental nas escolas, coleta seletiva no município e formação para a construção de aterros sanitários e extinção dos lixões, para que os municípios pudessem cumprir com a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos³.

O Instituto Brasil Solidário, responsável pelas ações, encaminhava especialistas aos municípios citados acima para fazer a formação com a equipe gestora, cabendo a mim a função de organizar os encontros e fazer acompanhamentos periódicos a cada um deles.

³ O Decreto 7.404 de 23/12/2010, regulamenta a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional e o Comitê Orientador para implantação dos Sistemas de Logística Reversa.

Foram poucas as ações que de fato aconteceram em cada município acompanhado. Mesmo com a determinação da Lei 12.305/2010 que estipulou um prazo de quatro anos para que todos os municípios brasileiros acabassem com os lixões a céu aberto e implantassem os aterros sanitários, e, apesar de todo trabalho realizado, das reuniões formativas, discussões e debates a respeito do tema, das orientações e encaminhamentos dados através do IBS, quase nada mudou. Os aterros sanitários ainda não foram construídos em nenhum dos municípios. Vale ressaltar que todos os gestores municipais tinham conhecimento de que o dinheiro viria de recursos federais, já previstos pelo governo quando da aprovação da lei, para ser utilizado na aquisição de terrenos, projetos, licenciamentos e instalação de células para acondicionamento de resíduos e rejeitos por um prazo de cinco anos. O que não aconteceu até o presente momento.

Das ações discutidas na formação, apenas Lençóis e Palmeiras realizam parcialmente a coleta seletiva, trabalho que já fazia antes do apoio do IBS, mas não pelo poder público e sim pelas ONGs existentes em cada um: o Grupo Ambientalista de Lençóis⁴ (GAL) e o Grupo Ambientalista de Palmeiras⁵ (GAP), ambos receberam apoio do IBS na aquisição de equipamentos e transporte para a coleta dos resíduos.

Em Iraquara não há grupo ambientalista. Em 2013, ano em que aconteceram os encontros formativos, o IBS tentou implantar no município a coleta seletiva em parceria com o município. O Instituto construiria um galpão, doaria todo equipamento necessário e retiraria os catadores do lixão. Por falta de interesse da gestão pública, o projeto não vingou e este foi levado para outra cidade no estado do Ceará, onde o IBS também desenvolve ações de EA.

De todas as frentes trabalhadas nos encontros com os gestores, apenas o trabalho de EA vem acontecendo nas escolas, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas: o não envolvimento de todos os funcionários, a falta de apoio técnico e pedagógico para desenvolvimento de algumas ações voltadas para a temática, dentre outras.

Embora isso aconteça, compreende-se que a escola, certamente, é um lugar privilegiado para o desenvolvimento de atitudes e procedimentos que vise à melhoria do ensino e o rompimento de uma visão de mundo estagnada, oportunizando um maior grau de responsabilidade para a conservação da vida em uma sociedade sustentável.

⁴ O GAL iniciou-se em 2003, quando moradores da comunidade uniram-se para realizar atividades de integração socioambiental diante da falta destas iniciativas no município e da existência de necessidades básicas de educação ambiental.

⁵ O GAP- Grupo Ambientalista de Palmeiras foi fundado em 03 de maio de 1997, é referencia nas ideias sócio-ambientalista na Chapada Diamantina, com cadeira titular no Conselho Estadual de Meio Ambiente CEPRAM a na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do estado da Bahia CIEA-BA, além de ter reconhecimento de utilidade pública municipal e estadual.

Na escola sustentável, o currículo cuida e educa, pois é orientado por um projeto político pedagógico que valoriza a diversidade e estabelece conexões entre a sala e os diversos saberes: os científicos, aqueles gerados no cotidiano das comunidades e os que originam dos povos tradicionais. E, sobretudo incentiva a cidadania ambiental, estimulando a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo na transformação local e global. (BRASIL, Secretaria de educação Continuada, 2012).

Nessas idas e vindas, na busca por entender cada vez mais sobre a temática, procurei sempre participar de eventos voltados para a Educação Ambiental, dentre eles: o Fórum Internacional de Resíduos Sólidos⁶ (FIRS) que acontece em Porto Alegre; participação como avaliadora de projetos da região Nordeste do Prêmio Respostas para o Amanhã⁷ desde 2014. Este último tem como meta valorizar a escola como espaço privilegiado de produção do conhecimento. Ao incorporar conteúdos e metodologias que contribuem para construção de uma sociedade sustentável, a escola estará cumprindo seu compromisso no desenvolvimento integral do ser humano e na garantia de direitos.

Paralelo ao trabalho de EA, coordenava o projeto Conviva Educação nos municípios de Andaraí, Boninal, Boquira, Bonito, Cafarnaum, Iraquara, Lençóis, Novo Horizonte, Ibitiara, Seabra, Souto Soares, Wagner e Xique-Xique, sendo que cada município recebia uma visita por mês. O Conviva Educação é uma ferramenta tecnológica, que tem como objetivo principal auxiliar as Secretarias Municipais de Educação a gerir sua rede/sistema de ensino, possibilitando maior foco na gestão pedagógica e fortalecendo o ensino e aprendizagem. Um ambiente virtual que possibilita à equipe gestora da educação a otimização do tempo, organização dos documentos da secretaria, ferramentas de planejamento de atividades, formação, troca de experiências e fortalecimento da gestão democrática da rede de ensino. Desenvolver este trabalho foi uma das experiências mais marcantes da minha carreira profissional, compreender e participar da gestão educacional em outros municípios e trocar experiências foi, sem dúvida, uma oportunidade única de crescimento profissional e pessoal.

Por fim, fazer uma retrospectiva sobre a trajetória profissional me faz refletir sobre questões que envolvem a minha aprendizagem e compreender que esta não é uma tarefa fácil,

⁶ Evento realizado pelo Instituto Venturi Para Estudos Ambientais, em parceria com a UnB – Universidade de Brasília, por meio do LACIS – Laboratório do Ambiente Construído, Inclusão e Sustentabilidade. O FIRS-Forum Internacional de Resíduos Sólidos nasce para consolidar trabalhos na luta por uma sociedade cujas ações sejam ambientalmente corretas, em condições seguras e justas para os seus públicos de interesse, sem deixar de considerar seus necessários ganhos econômicos.

⁷ O Prêmio Respostas para o Amanhã é uma iniciativa da Samsung, com coordenação técnica no Cenpec, que visa contribuir com a educação, estimulando e divulgando novas práticas educativas que dialoguem com os interesses da juventude.

pois traz à tona as limitações, bem como as angústias e frustrações frente ao ofício de educadora.

2.0 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO SUJEITO: VALORES E ATITUDES

Cresce a consciência de que temos só esse planeta para habitar, pequeno e com recursos limitados. Importa tratá-lo com cuidado para que possa abrigar a todos os humanos, a cadeia inteira da vida e todos os seres. Queremos que tenha ainda uma longa história pela frente.

Leonardo Boff

Neste capítulo discute-se sobre o desenvolvimento de valores e atitudes nos sujeitos, tendo a escola como uma instituição importante nesta formação. Ainda neste capítulo, o subitem “Novos tempos, novos conceitos de educação ambiental” apresenta conceitos de Educação Ambiental, abordados por documentos legais e por diversos autores. Fala sobre a importância do PPP da escola e como este deve ser construído, levando em consideração a participação de todos os atores escolares e a realidade local, bem como a inserção do tema Educação Ambiental no documento.

2.1 A escola: um lugar de destaque na produção do conhecimento

A sociedade contemporânea vive momentos de grandes transformações, principalmente no que diz respeito à tecnologia. Essas transformações acontecem principalmente pela rapidez com que as informações chegam às pessoas pelos meios de comunicação em toda parte do mundo. Isso se dá também pela circulação de mercadorias que atravessam fronteiras com uma rapidez indescritível, intensificando ainda mais o consumo de produtos pelas pessoas nas diferentes classes sociais.

O progresso econômico, o desenvolvimento das comunicações, e inclusão dos continentes subjugados no mercado mundial determinam formidáveis movimentos de população, que vão ampliar o crescimento demográfico generalizado. (MORIN, 2005, p. 66).

Percebe-se que esse movimento contribui com a mudança de hábito das pessoas. Além de possibilitar o conhecimento da diversidade cultural, dentre tantos outros benefícios e malefícios, faz também aumentar a quantidade de lixo em todo o planeta causando danos à

saúde e prejudicando o meio ambiente. Ainda dialogando com Morin (2005), a mundialização é sem dúvida unificadora, mas segundo ele, é preciso entender que é também conflituosa.

Em meio a este contexto, as escolas assumem um papel desafiador na formação do sujeito. São elas as principais responsáveis no desenvolvimento de atitudes e conceitos e na disseminação de conhecimentos científicos na busca por soluções simples e criativas para a melhoria da qualidade de vida do planeta.

Envolver os (as) alunos (as) no cotidiano escolar através de aulas dinâmicas, reunindo forças e incentivando o estímulo dos estudantes nas atividades práticas é uma estratégia inteligente para formar cidadãos e cidadãs conscientes de seu papel no cuidado com a natureza. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais Meio Ambiente e Saúde (1997, p. 50) “a aprendizagem de procedimentos adequados e acessíveis é indispensável para o desenvolvimento de capacidades ligadas à participação, à corresponsabilidade e à solidariedade”. Portanto, é importante que a escola incorpore nos conteúdos procedimentais, formas de manutenção da limpeza do ambiente escolar: jogar lixo na lixeira, cuidar da horta escolar e do jardim, evitar o desperdício, manter os banheiros limpos, participar de ações de Educação Ambiental que são desenvolvidas fora do ambiente escolar, dentre outras.

“A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral”. (HALL, 2011, p. 39). Assim, a escola deve estimular os alunos e alunas a refletirem e propor soluções para os problemas ambientais, desenvolvendo práticas educativas que propiciem a formação de jovens que busquem alternativas de vida cada vez mais sustentáveis tanto no aspecto individual quanto coletivo.

Concebido unicamente de modo técnico-econômico, o desenvolvimento chega a um ponto insustentável, inclusive o chamado desenvolvimento sustentável. É necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva, moral. (MORIN, 2005, p. 70).

Assim sendo, espera-se que o (a) aluno (a) mais do que memorizar e repetir conceitos possa compreender as ciências da natureza e agir de forma responsável para a preservação da mesma, ao passo que este (a) compreenda que o desenvolvimento criou mais problemas do que soluções às sociedades.

Tornar a escola um espaço sustentável, que trabalhe a formação de sujeitos para proteger o meio ambiente, assegurando as necessidades atuais sem esgotar os recursos naturais do planeta para as futuras gerações, é buscar caminhos para a concretização de um projeto pedagógico que tem como meta principal o desenvolvimento de competências.

No mundo contemporâneo, prevalece o individualismo e a competição, como bem afirma Bauman (1997) a nossa era é a era do individualismo não adulterado e de busca de boa vida. Em meio a esta situação, surgem as escolas sustentáveis como possibilidade de mudança na educação e formação do sujeito. Inserir o tema Educação Ambiental no Projeto Político da escola é possibilitar a discussão do assunto dentro dos espaços escolares, além de promover o desenvolvimento de uma cultura sustentável.

A problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições da sustentabilidade do planeta, propondo a necessidade de internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais. Estes processos estão intimamente vinculados ao conhecimento das relações sociedade-natureza: não só estão associados a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégias conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social. (LEFF, 2010, p. 62).

A escola tem potencial para imprimir no seu projeto a perspectiva da sustentabilidade na identificação de problemas, além de estimular a reverter situações socialmente inadequadas na postura dos sujeitos. Ao buscarem soluções para os problemas ambientais e construírem propostas de intervenção na comunidade, os (as) alunos (as) estarão colocando em prática conhecimentos adquiridos nos espaços escolares. É importante que as ações pedagógicas sejam movidas pela intencionalidade da prática educativa e pela criticidade e participação efetiva dos (as) alunos (as).

Sabe-se que a escola ocupa um lugar de destaque na produção do conhecimento. Ao incorporar conteúdos e metodologias que articulem os novos paradigmas da sociedade contemporânea com o desenvolvimento de atitudes de conservação ambiental, ela estará cumprindo seu papel de formação do sujeito na garantia dos direitos humanos. Entretanto, são grandes os desafios das escolas uma vez que estas “enfrentam políticas econômicas que orientam o apoio à educação, à produção de conhecimento e à formação profissional, em função do seu valor de mercado”. (LEFF 2001, P. 223).

O consumismo desenfreado vem provocando consequências desastrosas e causando ao sujeito moderno mudanças culturais e comportamentais, fato que leva a sociedade a viver sempre em crise. Esta situação nos permite dialogar com o pensador Stuart Hall (2011), que faz uma análise sobre a possível existência de uma “crise de identidade” e investiga os caminhos percorridos por essa “crise”, propondo novos olhares para a temática da identidade. Para Hall (2011), as velhas identidades que estabilizaram o mundo social por muito tempo,

estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, que até pouco tempo era visto como um sujeito unificado.

Por muito tempo acreditou-se que os bens naturais eram infinitos. Essa crença fez com que a humanidade não tivesse nenhum controle com relação ao consumo dos produtos naturais, retirando-os da natureza sem se preocupar com a conservação dos mesmos, faltando-lhe consciência ética ambiental. Essas ideias aqui levantadas nos permite dialogar com Ricardo Timm de Souza (2004) que define o conceito de ética como um fundamento da condição humana que vive e medita sobre si, sobre o seu lugar, sua casa e seu mundo. Para ele, “ética” neste sentido, é essencialmente uma questão ecológica, ou seja, o fundamento de todas as especificidades do viver, em suas mais complexas relações e derivações, das ciências e da tecnologia, da história das comunidades e da própria filosofia.

Para Souza (2004), a ética deve ser compreendida como uma substância humana da própria humanidade. Falar sobre ética e Ecologia é entender que as questões ecológicas são as que determinarão o presente e o futuro da humanidade e que, portanto, não se deve fingir desconhecê-las. Ser ético é saber conviver e relacionar saudavelmente com outro ser. Ainda de acordo com Souza (2004), compreender a ética como filosofia primeira significa pensar a realidade desde o ponto de vista do sentido que a realidade tem para nós, e do sentido que nós temos para a realidade. Desta forma, as ações EA dentro da escola demandam novas metodologias de trabalho para a construção de um saber capaz de transformar o sujeito e sua realidade.

Compreende-se, que a ética ocupa um lugar central no enfrentamento da crise da modernidade, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento da fragmentação da sustentabilidade do planeta. Vencer essa crise se dá através da educação, uma vez que “os processos de formação de uma consciência ecológica passam pela história do movimento ecológico e da própria Educação Ambiental”. (CARVALHO, 2011, p.56). Portanto, é na busca por um mundo melhor que a prática educativa se fortalece, cabendo ao (a) professor (a) o papel de facilitador (a), mediador (a) e orientador (a) do processo ensino aprendizagem.

As políticas de EA a nível nacional tem melhorado nos últimos anos, o que leva a crer que a qualidade de vida tende a melhorar se as práticas de conservação e proteção ambiental forem postas em prática por toda a população. Desta forma, e de acordo com os princípios legais, é necessário que as lideranças governamentais ponham em prática o que está muito bem definida na Lei, quando esta atribui ao poder público, a responsabilidade de definir políticas que incorporem a dimensão ambiental, promovendo a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do

meio ambiente. Quanto às instituições educativas, cabe a elas promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem em sala de aula, levando em consideração o contexto em que cada uma está inserida.

De acordo com Maria Luiza Heine (2013, p. 33), “uma das funções da Educação e da Educação Ambiental é buscar desenvolver, nas pessoas, de modo geral, o sentimento de cidadania”. Segundo a autora, cidadania implica em direitos e deveres, mas, também, em participação.

No Estado da Bahia foi instituída a Lei Nº 12.056/2011 e o Programa de Educação Ambiental (PEA-BA). A Lei foi criada baseada em uma metodologia de construção participativa articulado à consulta pública do projeto de lei Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA-BA) realizada entre novembro de 2008 e maio de 2009 nos vinte e seis Territórios de Identidade⁸, com a organização de vinte e seis seminários de consulta pública. O PEA se configura como um conjunto de diretrizes e estratégias que orienta na implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, servindo como referência para a elaboração de programas setoriais e projetos em todo o território estadual. Quanto à avaliação, o PEA-BA defende a continuidade e a permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo, coerência entre o pensar, falar, sentir e fazer. O PEA visa também “estimular o potencial empreendedor e fortalecer a visão da sustentabilidade ecológica, ambiental, política, cultural e econômica”. (2013, p.40).

Em 2013, o município de Iraquara cria o Conselho Municipal de meio Ambiente, Lei nº 245/2013 e a Lei nº 246/2013 que estabelece a Política de Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade. O objetivo da referida Lei é “assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas, a ser implementada de forma integrada e participativa” neste contexto entende-se que:

O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. (LEFF 2001, p. 57).

Neste sentido, é importante ressaltar que o incentivo ao exercício da cidadania aliado à força e ao sucesso local contribui significativamente para a construção de uma sociedade sustentável e ecologicamente equilibrada.

⁸ Forma de regionalização territorial vigente desde 2003 no Estado da Bahia, pautada não somente em limites espaciais, mas considerando principalmente as peculiaridades locais e as identidades em comum, definidas por gestores municipais, movimentos sociais e sociedade civil organizada.

A força coletiva do Município que Educa resultará do somatório representativo e democrático de instituições da sociedade civil e do Estado, incluindo-se aí as organizações não governamentais e o empresariado realmente comprometido com a sociedade e com a responsabilidade social, organizado com interesse em transformar o desenvolvimento local em algo possível, viável e sustentável. (PAULO ROBERTO, 2011).

Unir forças e buscar alternativas com o objetivo de melhorar as condições de vida da sociedade e da conservação do meio ambiente é sem dúvida uma boa estratégia para que os objetivos da EA sejam alcançados. Assim, como está exposto nos PCNs de Meio Ambiente (2001) “a solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual”.

A Educação Ambiental surge como resposta à preocupação da sociedade com o futuro da vida. Sua proposta principal é a de estimular o surgimento de uma cultura de ligação entre a natureza e a sociedade, através da formação de uma atitude ecológica nas pessoas, mostrando que o meio ambiente é um espaço de relações, interações culturais, sociais e naturais.

O objetivo do trabalho de educação ambiental é também promover a integração dos estudantes com os profissionais da educação, pais e comunidade para que juntos, possam desenvolver atitudes de conservação e respeito ao meio ambiente, no entanto, isso implica entender a complexidade das relações interpessoais e respeitar os diferentes pontos de vista de cada um. Para Carvalho (2011), o sujeito ecológico constitui-se, tanto um modelo de identificação para os indivíduos quanto um horizonte sócio-histórico de justiça ambiental para uma educação ambiental emancipatória.

Trabalhar Educação Ambiental é papel fundamental da escola. Ela ocupa um dos lugares principais no processo de formação do sujeito e favorece condições para que eles compreendam a natureza, desenvolvam suas potencialidades e adotem posturas sociais para uma melhor interação com o meio-ambiente e consigo mesmo.

Os princípios e valores ambientais promovidos por uma pedagogia do ambiente devem enriquecer-se com uma pedagogia da complexidade, que induza nos educandos uma visão da multicausalidade e das inter-relações dos diferentes processos que integram seu mundo de vida nas diferentes etapas do desenvolvimento psicogenético; que gere um pensamento crítico e criativo baseado em novas capacidades cognitivas. (LEFF 2001, p. 243).

Promover a integração dos alunos e da comunidade escolar com a natureza é uma forma de aperfeiçoar atitudes de conservação e respeito ao meio ambiente. Isso porque, atualmente, a humanidade convive com a crise global gerada por ações antrópicas que comprometem o futuro do planeta. Para Nunes (2007), a tarefa da educação não se dirige somente ao indivíduo e às suas relações interpessoais, mas também atua na construção de uma sociedade melhor. A sociabilidade é constitutiva da pessoa humana, portanto a educação tem de ser “social”.

Para que a educação ambiental seja consolidada na escola, é necessário que ela promova uma ligação entre os diferentes campos de conhecimento e que as disciplinas possam dialogar entre si. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) “a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência sistema de significado construído na realidade dos alunos”.

Assim, é importante que o trabalho de Educação Ambiental nas redes de ensino tenha como meta a formação de sujeitos capazes de compreender a sua realidade e agir nela de forma consciente, desenvolvendo atitudes ecologicamente corretas e conscientes para o desenvolvimento sustentável, que neste contexto entende-se como um “componente educativo formidável” (GADOTTI, 2000). Para o autor, a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação depende da educação, para que haja o equilíbrio entre o ser humano, os recursos naturais necessários à economia e à necessidade do consumo.

A principal função do trabalho com o tema meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informação e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, como ensino e a aprendizagem de procedimentos. (PNC Meio Ambiente, p.187).

Levar conhecimento e informação aos alunos e alunas sobre o meio ambiente, seu funcionamento e os impactos nele causados pela atividade humana, é contribuir para que eles (as) possam ser formadores (as) de opinião e adquiram valores e atitudes mais respeitadas com a natureza e com a coletividade. Partindo desse pressuposto, espera-se que a escola possibilita a mudança de hábito e proporciona a todos a oportunidade de melhorar suas atitudes com relação ao meio ambiente para que possamos deixar às futuras gerações um mundo melhor.

Valorizar as percepções dos alunos e alunas sobre o ambiente em suas comunidades é possibilitar um novo olhar para a discussão de problemas ambientais dentro da sala de aula. Conforme a Lei da Educação Ambiental - Lei 9795/99 | Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999,

assim disposto em seu Art. 2º: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Quando se fala em Educação Ambiental não formal nas escolas, não podemos perder de vista que essas necessitam integrar seu sistema educacional com práticas pedagógicas voltadas para o incentivo de atividades extraclasse, grupos de estudos ambientais, programas de iniciação científica e visitas aos mais diversos lugares onde o ecossistema natural seja o foco do trabalho. Para Leff (2001, p. 250), “a educação ambiental tenta articular subjetivamente o educando à produção de conhecimentos e vinculá-lo aos sentidos do saber”. Para o autor, isso implica fomentar o pensamento crítico, reflexivo e propositivo face às condutas automatizadas, próprias do pragmatismo e do utilitarismo da sociedade atual.

2.2 Novos tempos, novos conceitos da Educação Ambiental

A obra de Edgar Morin, “Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro”, nos inspira a pensar nos novos conceitos que devem permear as ações dos cidadãos que a escola teoricamente prepara para assumir o futuro do nosso planeta. As mudanças climáticas e os desastres ambientais ocorridas em toda parte do mundo têm deixado a população em alerta. De certa forma, isso tem ocasionado progressiva conscientização sobre a questão ambiental.

O surgimento de grupos ambientalistas, as entidades que vem se especializando no assunto, aliados aos avanços tecnológicos, a mudança de mentalidade das pessoas preocupadas em cuidar do lugar onde vive, dentre outros, são ações que mostram a preocupação da sociedade contemporânea com o futuro da humanidade, embora essas ações sejam poucas diante do caos que vive o planeta.

Vive-se a era do desenvolvimento e da informação. Há um grande avanço dos meios de comunicação, da circulação de pessoas e mercadorias por toda parte do mundo, ocasionando não só a aglomeração de pessoas, mas o grande acúmulo de resíduos depositados a céu aberto.

O progresso econômico, o desenvolvimento das comunicações, a inclusão dos continentes subjugados no mercado mundial determinam formidáveis movimentos de população, que vão ampliar o crescimento demográfico generalizado. (MORIN, 2005).

Esse fluxo migratório traz benefícios, mas também malefícios causando uma grande preocupação com o futuro da humanidade, o planeta está encolhendo e já não suporta mais tanta interferência humana no ambiente natural. Neste contexto, é preciso entender também que “a globalização da degradação ambiental impôs a diversas disciplinas científicas o imperativo de internalizar valores e princípios ecológicos que assegurem a sustentabilidade do processo de desenvolvimento” (LEFF, 2001, p.223-224).

Pensar em Educação Ambiental na sociedade contemporânea é pensar numa preparação melhor do novo cidadão, para tanto, é necessário que a escola se proponha a discutir sobre meio ambiente de forma que as questões sócio-históricas estejam interligadas às questões naturais. De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º.

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

É necessário, portanto, entender a Educação Ambiental como um processo, devendo esta estar presente em todas as fases da vida, sendo aprimorada e incorporada de acordo aos contextos sociais e culturais, bem como das necessidades da sociedade contemporânea. A Educação Ambiental deve estar presente desde a infância, permitindo ao sujeito uma educação plena sem interrupções.

Para Fábio Cascino (Pátio, 2002), “A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico”. Em uma sociedade capitalista as pessoas são induzidas a consumir mais do que necessita, levando a humanidade à beira do abismo. De acordo com Morin (2005), “o desenvolvimento chega a um ponto insustentável, inclusive o chamado desenvolvimento sustentável”.

É preciso, portanto, uma visão holística da educação ambiental, considerando as diferenças do ponto de vista histórico, cultural, étnica, política e social. Para Gutiérrez, (2013) “a viabilidade do desenvolvimento sustentável só é possível e factível dentro de um profundo respeito das diferenças étnicas e culturais”, dessa forma, todos estarão buscando um caminho para um desenvolvimento sustentável.

[...] Uma ação conjunta global é necessária, um movimento como grande obra civilizatória de todos é indispensável para realizarmos essa *outra globalização*, essa planetarização, fundamentada em outros princípios éticos que não os baseados na exploração econômica, na dominação política e na exclusão social. (GADOTTI, REVISTA PÁTIO, 2002).

Educar para a cidadania global desenvolve no sujeito valores, atitudes, conhecimento, habilidades, responsabilidade e sustentabilidade ambiental. Cabe à escola, portanto, assumir o papel que lhe é conferido, o de educar. Isso deve ser traduzido em ações concretas a partir de um Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente e que manifesta o interesse da coletividade para o caminho da sustentabilidade. Ações que se traduzem em educação ambiental e que está presente em todas as nações, buscando um desenvolvimento tecnológico sem acabar com os recursos naturais do planeta. De acordo com a Lei nº 9795/1999:

Entende-se por **educação ambiental** os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º).

Nesse contexto, espera-se uma transformação cidadã que envolva a aprendizagem significativa, atribuindo sentido às ações cotidianas, democráticas e solidárias. A EA é entendida como uma ação permanente que desenvolve no sujeito valores e atitudes transformadoras da realidade, como afirma o professor Guilherme Coelho Melazo quando diz que:

O estudo da percepção ambiental se torna fundamental para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente no qual vive, suas expectativas, satisfações e insatisfações, valores e condutas, como cada indivíduo percebe, reage e responde frente às ações sobre o meio (MELAZO, 2005).

Trabalhar valores em sala de aula possibilita ao sujeito o entendimento apropriado para um mundo sustentável. De acordo com Melazo (2005), a função da EA é a formação de cidadãos conscientes, preparados para a tomada de decisões e atuando na realidade socioambiental, com um comprometimento com a vida, o bem estar de cada um e da sociedade, tanto a nível global como local.

A Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru (1976)⁹ define a educação ambiental como uma ação educativa permanente onde a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global e do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.

A formação ambiental implica assumir com paixão e compromisso a criação de novos saberes e recuperar a função crítica, prospectiva e propositiva do conhecimento; gerar um saber eficaz e inventar utopias capazes de levar os processos de mudança histórica a ideais de igualdade, justiça e democracia; criar novos conhecimentos, métodos e técnicas para construir uma nova racionalidade social, na qual os valores culturais e os potenciais da natureza, desdenhados pelo empenho produtivista da modernidade orientem o renascimento da humanidade no novo milênio. (LEFF 2001, p. 221).

Com base na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977), a EA ficou entendida como “um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio”. No entanto, é fundamental que a escola esteja preparada para desenvolver nos educandos essas habilidades, como afirma Legan 2007, “a educação para uma cultura sustentável inclui o aprendizado contínuo, interdisciplinar, com parcerias em um ambiente multicultural e afirmativo”.

Entende-se, portanto que a Educação Ambiental deve estar diretamente ligada ao cotidiano do sujeito e a realidade em que este está inserido, abordando em seu contexto os problemas ambientais do presente e buscando alternativas para a solução dos mesmos. Para Daniel Luzzi (2005), a Educação Ambiental marca uma nova função social da educação, segundo o autor, ela não se constitui apenas uma dimensão, nem um eixo transversal, mas é responsável pela transformação da educação como um todo em busca de uma sociedade sustentável.

O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia dialoga com as definições aqui apresentadas, reafirmando que a Educação Ambiental é entendida como uma das possíveis vias de mudança. Segundo o PAE, a EA ganha papel relevante como instrumento

⁹ BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 02 de abril 2017.

não neutro, que, enquanto potencial ato político, fomenta a construção de valores para a transformação socioambiental.

A educação ambiental prima pela abertura ao novo, ao inesperado, à incerteza; pela tolerância ao diferente, entendendo a diversidade como patrimônio e, finalmente, pelo rigor na sua busca incansável pela fundamentação teórica pela práxis e pelo diálogo; configura-se como um espaço de compartilhamento para a ressignificação, que propicie posturas críticas, traduzidas em atitudes de transformação e mudança em busca do novo projeto civilizatório que o planeta necessita. (BAHIA, 2013, p. 57).

Entende-se a Educação Ambiental como um instrumento para a formação de sujeitos capazes de compreender a sua realidade e agir nela de forma consciente. Uma educação capaz de desenvolver nas pessoas atitudes ecologicamente corretas, possibilitando condições de enfrentamento da problemática ambiental, bem como adotando posturas de interação construtiva na escola, em casa e na comunidade.

2.3 O Projeto Político Pedagógico e sua(s) influência(s) no debate ambiental contemporâneo

A Educação Ambiental (EA) pautada no desenvolvimento de competências para a sustentabilidade com o intuito de possibilitar ao sujeito condições para construção de uma vida saudável, precisa caminhar de forma segura e responsável. Tais condições se concretizam a partir do instante em que escola e a comunidade se inteiram das necessidades sociais em que se encontram, tomando para si a responsabilidade de preservar e cuidar do ambiente em que está inserido, bem como planejar ações concretas que tenha o envolvimento de todos.

O Projeto Político Pedagógico da escola que deve ser construído coletivamente. Ao assumir os princípios e valores da sustentabilidade como eixo condutor do trabalho educacional, estará contribuindo para a disseminação de novos conhecimentos, utilizando-se de novas ferramentas para a concretização das ações. Para Guimarães (2005), uma “intervenção educacional crítica e emancipatória assume a dimensão política”. Uma educação em que todos se comprometem com a transformação da realidade em que está inserido. Ainda segundo Guimarães, isso se dá por uma “práxis educativa (reflexão-ação) que potencializa a ação cidadã de sujeitos individuais e coletivos”.

Carvalho (2008, p.156-157) afirma que “o Projeto Político Pedagógico de uma EA crítica poderia ser sintetizado na intenção de contribuir para uma mudança de valores e atitudes”. Partindo dessa premissa, o PPP deve ser pensado a partir da realidade local, levando em consideração o fato de que as práticas pedagógicas devem estimular a comunidade escolar a refletir e propor soluções para os problemas de suas comunidades.

O projeto político pedagógico é construído na força expansiva da diversidade cultural dos membros da comunidade escolar juntamente com suas visões de mundo, raças, etnias, histórias de vida e, também, da necessidade de construção da identidade da escola que será refletida no projeto. (MEDEL, 2008, P. 04).

A Lei da Educação Ambiental - Lei 9795/99, assim disposto em seu Art. 2º “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. Ter conhecimento do que diz a Lei, não é garantia de sucesso. Transformar o que está escrito em ações concretas exige planejamento, ou seja, para construir uma sociedade justa e mais democrática, é preciso que se tenha clareza, “clareza pessoal e institucional” como afirma Gandin (2011) sobre suas ideias e os instrumentos para a concretização das ideias.

O desafio de uma educação emancipatória requer dos(as) educadores(as), bem como dos educandos(as) uma participação ativa no processo de aprender. Segundo os PCNs (1998): “A problemática ambiental exige mudanças de comportamentos, de discussão e construção de formas de pensar e agir na relação com a natureza”. Diante desse contexto, a postura pedagógica dos professores (as) precisa ser redirecionada, de modo que todos(as) possam refletir e planejar ações que contribuam para a construção de uma sociedade sustentável.

O acelerado mundo tecnológico faz com que as sociedades contemporâneas aumentam o consumo de bens e materiais exageradamente, isso faz aumentar a quantidade de lixo por todo o planeta. As consequências são as mudanças climáticas, extinção de espécies animais e vegetais, destruição de nascentes, poluição da atmosfera, dentre outros. Em meio a este cenário, a educação necessita de novos princípios pedagógicos de educação ambiental, assim, é importante que esta busque mecanismos que ajude a reposicionar o ser humano no mundo, construindo e ou reestruturando seu Projeto Político Pedagógico, repensando suas práticas de gestão e elegendo os conteúdos escolares pautados em um mundo globalizado. Dessa forma, acredita-se que a educação estará articulada aos contextos atuais do novo cidadão.

O projeto de educação exige mudanças profundas no espaço pedagógico. Isso caracteriza, ao mesmo tempo, suas virtudes e seu poder de renovação, bem como as

dificuldades intrínsecas à sua implementação nos contextos concretos. (CARVALHO 2011, p. 151).

Nesse contexto, compreende-se que a tarefa de formar um novo cidadão para viver em um mundo globalizado de forma sustentável e ecologicamente correto, exige múltiplas ações, as mais importantes são as capazes de provocar impacto significativo na postura do sujeito frente ao meio ambiente e à nova realidade. Precisamos, pois, compreender que não basta a escola construir/reestruturar seu Projeto Político Pedagógico, é preciso que este tenha funcionalidade e que suas ações e resultados sejam avaliados constantemente pela equipe gestora. Segundo Demo (1996), “é mister colocar a avaliação como componente permanente, intrínseco, estrutural de todo processo comprometido com a qualidade”.

Avaliar o trabalho educativo é uma forma de analisar os resultados alcançados, que se efetiva com a participação democrática e o desenvolvimento de procedimentos, visando a resolução de problemas encontrados.

(...) conduzir uma avaliação interna quer dizer revelar as implicações das concepções de currículo, avaliação, inclusão, pesquisa, tecnologias educacionais e relações interpessoais no cotidiano escolar, questionando em que medida estão ou não voltada para uma escola de qualidade, democrática e plural. (MEDEL 2008, P17).

É importante questionar até que ponto o PPP atende às necessidades da escola e da comunidade em que está inserida. Para Medel (2008), a avaliação é um mecanismo fundamental de acompanhamento e de seus efeitos. Dessa forma, é importante adquirir competências para avaliar o que fazem, focando os aspectos relevantes do projeto para a sustentabilidade do mesmo e outros aspectos a serem revistos.

Ao se tratar de Educação Ambiental na contemporaneidade, é preciso atenção redobrada, é preocupante a ausência de uma política consistente dentro das escolas para trabalhar a temática, por isso é importante estar atento ao projeto da escola e avaliar qual direção estão dando ao assunto. Segundo Medel (2008, p. 19): “O coordenador e orientador pedagógico ocupam um papel central nesse processo, podendo assumir o protagonismo das ações que vão avaliar continuamente os elementos inseridos no PPP da escola, trabalhando como facilitadores”.

Discutem-se muito políticas públicas ambientais no mundo inteiro, são discussões pautadas na melhoria da qualidade de vida da sociedade, na construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada, dentre elas podemos citar a II Conferência das

Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Humano que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro, conhecida no mundo inteiro como a Rio 92. E em 2002, a ONU organiza na África do Sul a Rio+10. Ações como essas são de extrema importância para a sociedade, mas elas por si só não basta, é preciso que a educação consolide suas ações dentro dos espaços de formação.

Pedro Georgen (2010, p. 14) afirma que “a educação se encontra num momento de profundas transformações cujos rumos ainda não podemos prever”. Embora não se sabe onde podemos chegar, espera-se um mundo melhor, desde que haja uma educação consistente da sociedade como um todo. O objetivo da educação é seduzir as pessoas para o estado democrático de direito e de preservação ambiental. E não se seduz com discurso teórico, mas com atitude. Na maioria das vezes, a sociedade transfere a responsabilidade da formação de sujeito para a escola, no entanto, esta é uma tarefa de todos, é preciso que haja uma parceria entre escola e sociedade na construção de um mundo melhor, uma vez que esta é indispensável na busca de objetivos comuns.

Portanto, com as novas tendências a escola precisa adotar uma nova postura, apesar de passar por grandes dificuldades na sociedade atual, marcada pela velocidade das comunicações e da disseminação das ideias, ela precisa estar preparada para a formação do novo sujeito, para tanto, é importante primeiramente romper com a distância que há entre ela e a sociedade. Buscar parcerias é preciso, principalmente na construção e execução dos projetos, a escola sozinha não é capaz de formar cidadãos que possam viver ecologicamente corretos em uma sociedade como a de hoje.

Contudo, tomando por base a perspectiva de uma sociedade sustentável, a educação ambiental parte do princípio de que o sujeito precisa compreender os processos naturais, bem como respeitar a diversidade cultural e preservar toda espécie de vida existente no planeta. Pensar uma educação de qualidade para a sustentabilidade é uma forma de preservar a vida e deixar para as futuras gerações um planeta melhor e saudável. Levar o tema Educação Ambiental para as discussões do PPP da escola, discutindo como este deve ser trabalhado ao longo do ano letivo, é compreender que a educação é a principal responsável na formação do cidadão e que iniciativas de sucesso de cidades, territórios dependem de uma cidadania informada.

3.0 O MUNICÍPIO DE IRAQUARA: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SÓCIOAMBIENTAIS

Não tardaria, porém, a alvorada de outro ciclo histórico com as entradas e as bandeiras e atrás delas com a penetração dos sábios e dos poetas, dos cantadores e dos prosadores, pela vastíssima região lendária da Chapada, quase ignorada, uns e outros aventureiros e venturosos desbravadores.

M.M de Freitas.

O capítulo apresenta as características do município de Iraquara, abordando os aspectos históricos desde o surgimento da cidade, na época do ciclo do ouro, com as lutas dos desbravadores pela conquista de terras, bem como os aspectos econômicos, políticos e socioambientais, citando as principais fontes de renda e sustentabilidade da população. Enfatiza a criação de leis municipais sobre a educação ambiental e contextualiza o município com suas belezas, um ambiente natural, arquitetônico, histórico e cultural singular. Ainda neste capítulo, é feita a caracterização do espaço de pesquisa, as escolas Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho.

3.1 Iraquara: Uma história de lutas, descobertas e encantos

O município de Iraquara está localizado na Chapada Diamantina, Território das Lavras Diamantinas e mesorregião centro-norte baiano.

Imagem 01: Mapa do município de Iraquara-Bahia



Fonte: Site Portal de Iraquara

Está localizada a 470 km de distancia da capital, a uma Altitude de 700m ao nível do mar, Latitude de 12°15'0", E Longitude de 41°37'0". Faz limite com os municípios de Seabra, Palmeiras, Lençóis, Souto Soares e Mulungu do Morro.

O território Iraquarense começou a ser povoado após descoberta de um poço de águas cristalinas existente na região pelo Sr. Manoel Félix da Cruz, antigo morador da cidade, que ao passar pela região no sentido Água de Rega/Parnaíba, comunidades que integram o município, descobre a existência do poço. O mesmo armou acampamento no local e mais tarde estabeleceu moradia fixa com a família e seus trabalhadores. Além da família Félix da Cruz, o poço de água cristalina e o solo fértil atraíram várias outras famílias para o local: como a família Carvalho, Araujo, Timóteo e Souza Santos, a família Deodato, dentre outras, formando o povoado que na época recebeu o nome de “Poço do Manoel Félix”.

Foto 01: Poço de águas cristalinas que deu origem à cidade de Iraquara



Fotógrafa: a autora

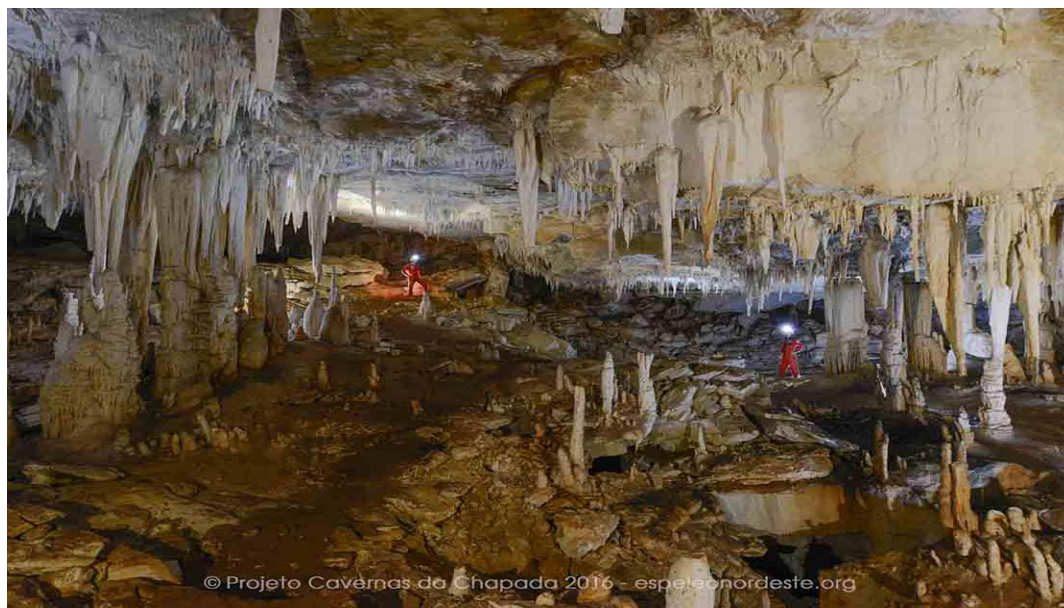
Naquela época, a região fazia parte do território de Seabra e com o aumento da população a pequena vila chega à categoria de distrito pelo Decreto Estadual nº8416, de 10/05/1933, passando a ser chamado de “João Pessoa”. O nome “Iraquara”, de origem indígena, que em Tupi Guarani significa “Buraco das abelhas”, veio anos mais tarde pelo decreto estadual nº. 141, de 31/12/1943, retificado pelo Decreto Estadual nº12979, de 01/06/1944. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa – IBGE, o município foi criado em 1962 com o topônimo Iraquara, elevado à categoria de município

pela Lei estadual 1697, de 05/07/1962, desmembrado de Seabra, constituiu-se a partir de dois distritos: Iraquara e Iraporanga.

De acordo com os dados do último censo do IBGE, em 2010 a população iraquarense era de 22.601 habitantes, sendo que, 11.244 são homens e 11.357 são mulheres. Ainda segundo o IBGE, a população estimada para 2016 é de 25.279 habitantes.

A área da unidade territorial-2015 é de 991,817km². A região apresenta clima seco, sub-úmido e semiárido e nos últimos anos a temperatura média varia de 16°C a 30°C, tendo como meses chuvosos os meses de novembro a janeiro. Assim como em toda parte do mundo, a temperatura tem variado muito em virtude das mudanças climáticas decorrente do aquecimento global.

Foto 02: Gruta Lapa Doce



Fotógrafo: Solon

Iraquara possui um ambiente natural exuberante, arquitetônico, histórico e cultural singular. Tem o maior acervo espeleológico da América Latina, dando ao município o título de “Cidade das Grutas”. São duzentas e quatro (204) catalogadas, dentre elas destacam-se a gruta da Pratinha, da Torrinha, Mané Ioiô, Lapa Doce e a gruta da Fumaça. As grutas possuem um subsolo com grande teor de calcário e são as principais atrações turísticas do município, atraindo para a região, turistas do mundo inteiro.

Foto 03: Rio Pratinha**Fotógrafa:** a autora

Além das grutas, vale ressaltar que há no município rios e lagos, dentre eles o Rio Pratinha, Sonhem, Água de Rega, Caiçara, Riacho do Mel, Rio Lobato, São José e Duas Barras e as Lagoas de Piroca e Ingazeira. Grande parte do território é protegida pela Unidade de Conservação Marimbus Iraquara¹⁰, que abrange um número de 125,4 mil habitantes, numa região limítrofe ao Parque Nacional da Chapada Diamantina. A região é caracterizada pelo grande número de cavernas calcárias e pela formação lacustre conhecida como Marimbus.

Durante muito tempo, o município de Iraquara era rico em diamantes, fato que atraiu para a região pessoas de todo o País. Essas pessoas vinham em busca de riqueza, desafiando o perigo natural de uma terra desconhecida. Elas vinham “embaladas no sonho de ver reluzir, em suas bateias, o brilho do ouro e o faiscar do diamante” (Bandeira, 2006, p16). Sabe-se que o ciclo do diamante contribuiu de maneira significativa com a história da riqueza do Brasil, além disso, contribuiu também com o surgimento de povoados, vilas e cidades no interior da Bahia. De acordo com Bandeira, 2006, a cata do diamante era a principal atividade econômica do interior do País. Hoje, prevalece na região a agricultura com o cultivo do tomate, feijão,

¹⁰ Associação de Proteção Ambiental. **Decreto de criação:** [Decreto Estadual nº 2.216 de 14 de junho de 1993](#). **Zoneamento:** [Resolução CEPRAM nº 1.440 de 20 de junho de 1997](#). A APA Marimbus/Iraquara constitui-se num importante instrumento de conservação dos diversos ecossistemas existentes dentro do seu limite, como o pantanal de Marimbus, gerado pela confluência dos rios Santo Antonio, Utinga e São José com uma fauna e flora de grande valor ambiental; formação geológica calcária, salitre, com inúmeras grutas e cursos d’água, além de formação montanhosa, a exemplo do Morro do Pai Inácio e Morro do Camelo.

mamona, milho, mandioca além do turismo que gera emprego diretamente a mais de 200 famílias.

Foto 04. Lagoa de Piroca



Fotógrafa: a autora

Na pesquisa de mestrado do historiador Romulo Martins, apresentada em 2013 pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, o pesquisador afirma em seus estudos que a descoberta de diamantes na região central da Bahia, no ano de 1844, abriu um novo campo de migrações para a região da Chapada Diamantina. De acordo com seus estudos, “pessoas de várias partes do Brasil direcionaram suas atenções aos boatos de fabulosas riquezas ao alcance das mãos”. MARTINS, (2013, p24).

A mineração, como bem afirma Martins (2013), marcou a formação das primeiras grandes povoações da Chapada Diamantina, local antes considerado como apenas uma porção do indissociável espaço dos sertões baianos. A extração indiscriminada do diamante deixou para a futura e atual geração apenas as histórias e os estragos causados ao meio ambiente. Nesses locais, por onde se passa, veem-se as marcas da exploração e da falta de cuidado e conservação ambiental.

A retirada do ouro e do diamante fez surgir também a Estrada Real que corta a Chapada Diamantina no sentido Norte/Sul ligando Jacobina a Rio de Contas e passando pelos municípios de Iraquara e Seabra. “Os caminhos que conduziam a riqueza mineral rapidamente

foram transformados em estradas reais¹¹”, (BANDEIRA, 2006, p 87). Segundo Bandeira, a construção da estrada real iniciou-se em 1724 pelo baiano Pedro Barbosa Leal que construiu a mesma sob as ordens do Conde de Sabugosa, o 4º vice-rei do Brasil, D. Vasco César Fernandes de Menezes. Ao final da sua construção em 1725, a obra passou a ser chamada Estrada Real da Bahia.

[...] a Estrada Real seguia rumo noroeste até Catolés (Abaíra), depois contornava a serra da Tromba alcançando Piatã, sendo que, neste ponto, voltava a inclinação sentido nordeste, passando pela serra do Bastião (Boninal), para em seguida cortar as terras dos atuais municípios de Mucugê, Palmeiras e Seabra até atingir a localidade de Iraporanga, antiga Parnaíba, no município de Iraquara. (BANDEIRA, 2006, P. 90).

A extração do ouro e do diamante na Chapada Diamantina contribuiu com a formação de povoados, vilas e cidades, porém, o povoamento do lugar e o consumo irregular de bens naturais foram os responsáveis pela extinção de animais silvestres, rios e matas nativas. Dialogando com Gutiérrez e Prado (2013, p35), ficou perceptível que “essa dimensão de apropriação e saque dos recursos naturais deu origem à atual crise ambiental, cuja magnitude é de enormes proporções e de consequências imprevisíveis”.

Em 1925, Iraquara também serviu de cenário para Coluna Prestes que viveu um capítulo da sua história na região. A Coluna era chefiada por Carlos Prestes Maia que na época denunciava à população a situação política e social do país, incentivando-a a se rebelar contra o governo e as elites agrárias.

A Coluna Prestes, conhecida na região como “Revoltosos”, percorreu 25.000 quilômetros e ao passar por Iraquara, em abril de 1926, espalhou medo, dada à forma brutal com que os integrantes invadiam as localidades, inclusive o Poço de Manoel Félix, (atual Iraquara), que na época pertencia a Seabra. O coronel Horácio de Matos, que chefiava toda a região, ao ser informado da invasão dos “revoltosos”, enviou um grupo de homens armados para expulsá-los do local.

Para combater os “revoltosos”, formou-se, dentre outros, o Batalhão Patriótico das Lavras Diamantina, sob o comando geral do coronel Horácio de Matos, “*o mais aguerrido caudilho do sertão da Bahia*”, que perseguiu a Coluna Prestes até a fronteira da Bolívia. (BANDEIRA, 2006, P. 24).

¹¹ As estradas reais no Brasil, segundo Marcio Santos, pesquisador de rotas históricas do Brasil, “foram os principais troncos viários do território colonial brasileiro”.

Segundo historiadores, durante dois anos e meio o grupo atravessou 11 estados, do sul, seguiram para centro-oeste do país, percorreu o nordeste, até o estado do Maranhão, deixando na região as marcas das lutas e restos mortais de integrantes do grupo.

3.1.1 Aspectos socioambientais do município

O território iraquarence possui grande parte de sua extensão localizada na área de proteção ambiental, a Unidade de Conservação Marimbus Iraquara. A existência da APA Marimbus/Iraquara é uma iniciativa importante para a conservação do ecossistema existente na região, como a fauna, a flora, bem como, a preservação das grutas, dos rios e lagoas. Porém, não é suficiente para desenvolver no cidadão iraquarence atitudes de conservação ambiental e isso se evidencia com a abertura de um grande número de poços artesianos em todo o território. Segundo funcionários da prefeitura, foi catalogado um total de 300 poços artesianos distribuídos em propriedades particulares e desses, menos de 10% tem autorização para funcionar.

Para minimizar o problema, regularizar a situação dos poços artesianos para que estes possam funcionar legalmente, a prefeitura municipal solicitou apoio ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, e ao Ministério Público que promoveu palestras e cursos de orientação aos produtores rurais para o uso consciente da terra e da água. Segundo o responsável pelo setor de EA do município, esse é um trabalho que iniciou recentemente e os resultados ainda não são perceptíveis, ou seja, poucos proprietários regularizaram a situação e a quantidade de pessoas abrindo poços sem o mínimo de cuidado aumenta diariamente.

Por outro lado, por mais que pareça pouco, é revelador observar novas formas de mobilização política em Iraquara, bem como a crescente participação de entidades e vozes comprometidas com a sustentabilidade no debate sobre o processo de cuidado e conservação do meio ambiente. Sustentabilidade, neste contexto, vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem a agressão ao meio ambiente, (GADOTTI 2000, P. 34 E 35). Nos dias 20 a 22 de março de 2016 aconteceu no município o III Encontro Nordestino de Espeleologia. Neste evento reuniram-se as principais autoridades locais e de outras regiões do país deste setor, além de representantes da sociedade civil para discutir preservação socioambiental e turismo autossustentável. Na ocasião, discutiu-se sobre a biodiversidade espeleológica, cavernas e monumentos arqueológicos da Chapada Diamantina e ao final do evento, algumas moções foram deliberadas, aprovadas e entregues

ao gestor público municipal da época com o objetivo de melhorar diversos seguimentos no setor do turismo e conservação ambiental.

Entretanto, não basta apenas articular a sociedade civil em defesa da agenda da sustentabilidade, participar de eventos e debates para pressionar o sistema político, o desafio é bem maior, é preciso entender que discutir sobre cuidados ambientais não pode ser privilégio de poucos, mas, ao contrário deve refletir uma prioridade de toda a sociedade brasileira.

Em 2013, Iraquara cria a Lei nº 245/2013 do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, sendo este um órgão consultivo, deliberativo, normativo e recursal em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural em todo o território do município. Dentre as suas responsabilidades, o CMMA tem como funções: colaborar na formulação da política municipal de proteção ao Meio Ambiente, através de planos, programas e projetos; propor diretrizes para a conservação e recuperação dos recursos ambientais; propor e colaborar na execução de atividades com vistas à Educação Ambiental; promover campanhas de conscientização quanto aos problemas ambientais; manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do meio ambiente, dentre outros.

No mesmo ano, é decretada a LEI Nº. 246/2013 que estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade, instituindo o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FUMMA e o Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMUMA. No capítulo I, Art. 1º da referida Lei, fica instituída a Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade de Iraquara, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas, a ser implementada de forma integrada e participativa.

Ações enfáticas e de longo prazo são necessárias para que as pessoas de fato aprendam a cuidar dos recursos naturais sem por em risco a vida do planeta. Entende-se que “Educação Ambiental é o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade”¹².

Embora o município tenha criado as Leis Ambientais e promovido algumas ações de conscientização para a preservação, nota-se que além do número excessivo de poços artesianos, a região sofre com as queimadas que acontecem frequentemente na região. Em 2015, nos meses de novembro a dezembro, o fogo que atingiu a Chapada Diamantina, incluindo

¹² São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente Conceitos para se fazer educação ambiental/Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3ª ed. São Paulo: A Secretaria, 1999 – (Série educação ambiental, ISSN 0103-2658).

parte do território iraquarense, devastou cinquenta e um mil hectares de vegetação, o número equivale a aproximadamente 3.500 estádios de futebol da dimensão do Maracanã. Do total, 15 mil hectares atingidos pelas chamas ficam dentro do Parque Nacional, que é uma área de preservação ambiental que abrange os municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Palmeiras e Mucugê. Esse desastre ambiental causou grandes prejuízos à fauna e à flora local, como a morte de animais, a destruição de orquídeas e o impacto sobre as nascentes dos rios.

O uso intensivo de agrotóxicos nas plantações de tomate, cebola, pimentão, dentre outras, é um fato que também vem preocupando a população iraquarense. O uso desses produtos além de contaminar o solo, coloca em risco o lençol freático subterrâneo da região, que, segundo o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), a vazão mensurada do lençol freático nos anos 60, era de doze milhões de litros por hora. A sua água salobra, conhecida popularmente como salgada, é cristalina e rica em sais de cálcio e magnésio, pois o seu solo é rico em carbonato de cálcio, matéria-prima usada na fabricação de cal e dos espeleotemas¹³ das grutas. Ou seja, o uso abusivo desses produtos coloca em risco todo o manancial.

Além disso, a falta de saneamento básico em Iraquara e a quantidade de lixo lançado a céu aberto como na maioria das cidades brasileiras contribui para os danos causados ao meio ambiente.

A sociedade humana, empurrada por padrões de consumo insustentáveis, impostos por modelos de desenvolvimento insanos, completados por um mórbido e renitente crescimento populacional, tornou-se mais injusta, desigual e insensível. (DIAS, 2004, p.15).

Na sociedade contemporânea, as pessoas são induzidas a um consumismo imediatista exagerado, primando sempre pelo “ter” em detrimento do “ser”, comprometendo a qualidade de vida e causando problemas ambientais. Neste contexto, é importante um investimento na educação de maneira que a sociedade compreenda o impacto de suas atitudes no meio ambiente, e como essas atitudes aumenta o risco à saúde pública.

¹³ Espeleotema (Do grego, "depósito de caverna") ou concreção é o nome genérico de todas as formações rochosas que ocorrem tipicamente no interior de cavernas como resultado da sedimentação e cristalização de minerais dissolvidos na água.

3.1.2 Aspectos econômicos

No que diz respeito à economia, o município apresenta características típicas de pequenas cidades do interior baiano, mas ao longo do tempo vem se desenvolvendo gradativamente no comércio local, na agricultura irrigada e aumento no fluxo de turistas na região. Dentre as atividades econômicas estão: a agricultura, a pecuária, o extrativismo, a indústria, a construção civil, serviços públicos, comércio, prestação de serviços e atividades relacionadas ao ecoturismo.

Na agricultura, uma lavoura de destaque é a mamona, que preservou e consolidou, ao longo dos anos. Produto típico da agricultura familiar, tradicional lavoura no território baiano, a oleaginosa passou recentemente a ser objeto de atenção maior, face à sua potencialidade enquanto matéria-prima para a produção de bioenergia. Por isso, em 2007, uma grande empresa do setor de combustíveis naturais, em parceria com o Governo Federal, implantou no município uma unidade industrial para a produção de biodiesel a partir da mamona.

Foto 05. Cultivo de mamona



Fotógrafa: a autora

A perspectiva de alta produtividade no cultivo da oleaginosa tinha como expectativa estimular o empreendedorismo dos trabalhadores rurais, para inseri-los no mercado de maneira economicamente viável e criar empregos diretos e indiretos. E, apesar do grande

aquecimento na economia do município nos dois primeiros anos, atualmente a geração de emprego caiu e a maioria dos produtores rurais não conta com a fábrica para comercializarem seus produtos.

De acordo os dados do IBGE, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 59,23% trabalhavam no setor agropecuário, 0,23% na indústria extrativa, 3,91% na indústria de transformação, 5,30% no setor de construção, 0,28% nos setores de utilidade pública, 5,57% no comércio e 23,48% no setor de serviços. É importante destacar que dentro do setor de serviços há uma parcela significativa de pessoas que trabalha informalmente. As atividades agropecuárias são desenvolvidas nas comunidades rurais e alimentam o comércio da cidade.

O crescimento econômico vem contribuindo também com o aumento do consumo de bens e materiais da população e conseqüentemente, elevando a produção de lixo, o que exige das pessoas uma nova postura frente aos cuidados com o meio ambiente.

Imagem 02: Empresa Brasil Ecodiesel - Iraquara/Bahia



Fonte: Internet

Iraquara conta com uma unidade de produção de biodiesel das Américas, de propriedade do grupo “Brasil Ecodiesel” Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais. A Indústria foi instalada no ano de 2007, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e do governador da Bahia, Jaques Wagner. A empresa tem capacidade de produção autorizada de 360 mil litros/dia (108 milhões litros/ano), podendo ser 108 milhões

litros/ano, pela rota metflica¹⁴, ou 75,6 milhões litros/ano, pela rota etflica¹⁵. Segundo informações, a capacidade instalada é de 118,8 milhões litros/ ano, com uma capacidade de produção em expansão de 440 mil litros/dia (132 milhões litros/ano).

3.1.3 A educação do município de Iraquara

O município de Iraquara apresenta um universo de 35 escolas públicas municipais, dessas, 82,9% está localizada na zona rural, facilitando, assim, o acesso da população do campo à educação. Assim, como em toda parte do mundo, a educação em Iraquara enfrenta muitos desafios. Com os avanços da tecnologia, a informação chega às pessoas de forma cada vez mais veloz, sem que tenhamos tempo de analisá-la, tornando um desafio para o educador ensinar e aprender em uma sociedade interconectada.

As mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea levam educadores e educandos a perceberem que as aulas convencionais se tornaram ultrapassadas. Assim, o grande desafio do educador, como bem afirma MORAN (2000) é ajudar a tornar a informação significativa, ainda segundo ele, é importante que o educador escolha as informações verdadeiramente importantes, buscando compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda.

Com as mudanças que ocorrem na sociedade, a educação e a maneira de ensinar também sofrem alterações. Neste contexto, o educador tem papel fundamental no processo de ensino aprendizagem e este precisa estar capacitado para mediar a troca de saberes, uma vez que ensinar não é apenas transmitir conhecimentos, mas sim, criar condições para que alunos e alunas sejam estimulados a pensar e a sistematizar o conhecimento. As constantes mudanças que ocorrem exigem da comunidade docente a construção de um novo perfil profissional, tanto no sentido de atender às necessidades mutáveis da sociedade e o incremento do conhecimento científico e cultural, quanto às características peculiares e desconhecidas de cada nova geração de estudantes.

Em Iraquara, a primeira escola pública foi criada no século XX no governo de Juracy Magalhães. Na época as aulas eram ministradas com base nos preceitos da Igreja católica, ou seja, o estudo bíblico e os cultos de oração faziam parte dos trabalhos regulares em sala de aula, e naquela época, estudar era privilégio de poucos. O ensino era considerado precário e

¹⁴ Adj. Diz-se dos ácidos análogos ao ácido vínico, entrando o álcool metílico, em vez do álcool ordinário. (De metilo).

¹⁵ [Química] Diz-se dos compostos que possuem esse radical: álcool etílico ou éter.

os educadores não tinham uma formação acadêmica para exercer a função, bastava saber ler e escrever para assumir uma sala de aula.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, o ensino passa a ser ministrado com base em princípios, determinando que todos (as) tenham direito de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, como está escrito no Art. 3º da Lei nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996.

Atualmente, a educação municipal encontra-se mais organizada, principalmente em se tratando da formação do profissional docente, este está mais consciente de que sua formação precisa ser permanente para acompanhar as mudanças que ocorre no cenário educacional. Dos 274 professores da rede municipal de ensino, apenas 04 ainda não concluiu a graduação. Os demais além de ter formação superior, estão também fazendo especialização em áreas específicas. Iraquara oferece as modalidades de Educação Infantil, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Considerando a necessidade de organização de um sistema educacional inclusivo para garantir o direito de acesso e permanência dos alunos com Necessidades Educacionais Especializadas - NEE, o município investe em ações a fim de garantir a inclusão e permanência do aluno com NEE na escola. Dentre as ações destaca-se a realização de seminários de Educação Inclusiva, implantação de 14 salas de recursos multifuncionais e a construção do Centro de Referência Orlando Oliveira Sá, para assegurar condições de acesso e atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Além do investimento em Educação Especial e na formação continuada dos educadores, o município investe também no incentivo à prática esportiva, o mesmo implantou o Projeto Esporte é Vida que é desenvolvido durante todo o ano letivo nas escolas da rede. O objetivo do projeto é fortalecer a prática esportiva, promover a integração entre as escolas e reduzir a evasão escolar.

O projeto é trabalhado ao longo do ano letivo e culmina em uma semana de atividades desportivas que contribui para o processo formativo dos educandos e para a difusão da cultura esportiva no sistema educacional.

3.2 Caracterização dos espaços de pesquisa

Foto 06. Parte interna da Escola Municipal Artemízia Rodrigues Nogueira



Fotógrafa: a autora

A Escola Artemízia Rodrigues Nogueira está localizada no povoado de Santa Rita, zona rural, região sul do município de Iraquara/BA, código: 64181, ato de criação: 2034, Diário Oficial 22/04/1988. A instituição fica próxima aos pontos turísticos mais cobiçados da região: Rio Pratinha, Gruta da Lapa Doce, Gruta da Torrinha e da Fumaça. Neste povoado prevalece além do turismo, as roças irrigadas com o cultivo de tomate, cebola, pimentão e cenoura.

A maioria dos alunos e alunas é oriunda de famílias carentes que recebem apoio do Governo Federal para melhoria da renda financeira através de programas sociais como o Bolsa Família, Escola, Fome Zero, Gás, dentre outras.

A escola conta com um grupo de dezoito professores (as), todos eles são graduados e com curso de especialização em áreas específicas. Quinze funcionários de apoio, uma diretora, uma vice-diretora e duas coordenadoras pedagógicas. A escola funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. São 21 alunos de Creche, 60 da Pré-escola, 111 dos anos iniciais (1º ao 5º ano), 157 dos anos finais (6º ao 9º ano), 50 alunos da Educação de Jovens e Adultos e 140 do Ensino Médio¹⁶. Além dessas modalidades de ensino, a escola

¹⁶ O Ensino Médio é de responsabilidade do Estado. Funciona na modalidade a distância e em parceria com o município.

oferece também atendimento educacional especializado, atendendo a um público de 36 alunos com necessidades especiais.

A referida escola atende a alunos da própria comunidade, recebendo ainda alunos de várias localidades vizinhas, como a comunidade de Pau D'algo, Lapão I e Lapão II.

Ao se tratar da estrutura física da escola, esta conta com onze salas de aula, cinco banheiros, uma sala de professores, uma secretaria, uma cantina, um almoxarifado, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma quadra poliesportiva e uma sala de atendimento educacional especializado.

Quanto à aprendizagem dos educandos, nota-se que de acordo os resultados da Prova Brasil 2013, os alunos do 5º ano com aprendizado adequado¹⁷ à sua etapa escolar na competência de leitura e interpretação de textos é de 15%, abaixo do nível do município que é 30% e do estado que corresponde a 20%. Igualmente aos do 5º ano, 15% é a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano. Nesta modalidade, a escola encontra-se com o nível de aprendizagem acima do nível do estado que é 12% e abaixo do nível municipal que é 19%.

Os alunos e alunas apresentam fragilidades na competência de leitura e interpretação de texto, embora tenha apresentado avanços ao longo dos anos. Para superar as fragilidades no processo ensino/aprendizagem a escola tem investido na formação dos educadores e no trabalho com projetos didáticos.

Dentre os projetos trabalhados, como o projeto institucional de leitura, projeto Esporte é Vida, projeto Brincar desenvolvido nas séries iniciais, vale destacar o de Educação Ambiental, este tem sido trabalhado durante o ano letivo, tendo como objetivo estimular a mudança de prática de atitudes e a formação de novos hábitos com relação à utilização dos recursos naturais e preservação do meio ambiente.

¹⁷ De acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e avançado. No QEdU, considera-se que os educandos com aprendizagem adequada são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado.

Foto 07. Escola Municipal Emídio Pereira Evangelista



Fotógrafa: a autora

A Escola Municipal Emídio Pereira Evangelista, localiza-se ao norte do município, na comunidade de Matinha do Cerco, distante 36 km da sede. Fundada em 09 de fevereiro de 1989, Decreto Municipal nº283, código do INEP¹⁸: 20963337. As modalidades de ensino oferecidas pela escola são: Educação Infantil, com 21 alunos, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) com 74 alunos, Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) com 143 alunos e 11 alunos com necessidades especiais. A escola recebe estudantes de várias comunidades, dentre elas, o assentamento dos sem terra que fica nos arredores da comunidade de Matinha, Olhos d'água, Duas Barras e Cerco.

A equipe da escola é formada por doze professores (as), um diretor, uma vice-diretora, três coordenadoras pedagógicas uma para cada segmento: Fundamental I, Fundamental II e Educação Infantil, lembrando que estes têm formação na área de atuação ou estão cursando o ensino superior e quatorze funcionários de apoio. A faixa etária dos funcionários varia de 24 a 45 anos. Vale lembrar que a equipe gestora desta escola, (o diretor, a vice-diretora e as coordenadoras) responde também por mais duas escolas de pequeno porte, a escola Municipal João de Souza Santos localizada na comunidade de Duas Barras com 34 alunos (as) e a escola Municipal Joana Munduruca situada na comunidade de Olhos D'água, com 26 alunos (as).

Na região onde a escola se localiza, prevalece o cultivo do café, sendo que 80% das famílias dependem da colheita dos grãos que acontece entre os meses de junho a outubro nas

¹⁸ INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

fazendas da região. Nesse período, muitos alunos acompanham seus pais para a fazenda, se ausentando da escola por algum período. Esse fato interfere diretamente na rotina da escola e tem levado a equipe gestora a pensar em alternativas e ou calendário diferenciado para não prejudicar tanto a aprendizagem do alunado.

Embora a escola busque alternativas para que os (as) alunos (as) tenham o direito de frequentar os estudos e concluir com sucesso o ano letivo, os resultados mostram o quanto as saídas deles(as) interfere na aprendizagem e conseqüentemente no resultado da instituição. Isso se evidencia no resultado da avaliação de Matemática da Prova Brasil, feita pelos estudantes do 9º ano, onde se observa que nenhum deles atingiu a meta desejada. Com isso, a escola tem o desafio de garantir que mais alunos aprendam e com um fluxo escolar adequado. Em Língua Portuguesa a situação é um pouco melhor. Comparado ao nível de aprendizagem da média estadual, municipal e das outras duas escolas pesquisadas, nota-se que os (as) alunos (as) da escola que participaram da avaliação, 22% atingiram a meta, ou seja, aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano.

Mesmo apresentando um resultado pouco satisfatório em Matemática, é notável o avanço que a escola teve no IDEB¹⁹. Em 2009 a média é de 2.1, passando em 2013 para 4.1, ou seja, com o investimento na qualidade do ensino e na diminuição da evasão escolar durante a colheita do café, a escola consegue alcançar em 2013 a projeção que era para o ano de 2021. E esse índice tende a melhorar com as frentes de trabalho desenvolvidas por todos os educadores, a fim de contribuir para a redução da evasão escolar.

Com relação aos alunos (as) do 5º ano, não se tem dados, uma vez que no ano da aplicação da prova Brasil, a série/ano não tinha o número de estudantes necessário estipulado pelo INEP para fazer a prova. Mas segundo avaliações internas, os educandos vêm avançando consideravelmente nas habilidades de leitura, escrita e resolução de problemas.

A atual estrutura física da escola encontra-se assim distribuída: uma diretoria, uma secretaria, um arquivo, uma sala para professores (as), seis salas de aula, uma sala de recursos multifuncionais, um laboratório de informática, um almoxarifado, quatro sanitários, uma cozinha, um depósito, área de serviço, um pátio, um vestiário e uma quadra poliesportiva coberta ainda em construção.

Assim como as demais escolas pesquisadas, a Emídio também trabalha com projetos e sequências didáticas, dentre eles o projeto de Educação Ambiental que tem como objetivo

¹⁹ IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

desenvolver nos educandos habilidades e atitudes de preservação e conservação da vida no planeta.

Foto 08. Escola Municipal Maria Nilda de Carvalho



Fotógrafa: a autora

A Escola Municipal Maria Nilda de Carvalho foi fundada em 08 de agosto de 1998 no governo de Paulo Miranda Leles, Código: 29384729. A mesma está localizada na sede do município, à Rua Manoel Félix da Cruz, centro da cidade, próximo à fonte Manoel Félix da Cruz, onde iniciou o povoamento da cidade. Os alunos são oriundos de famílias carentes, em que a principal fonte de renda é o trabalho doméstico e nas lavouras de tomate, pimentão e cebola das comunidades rurais próximas à cidade, e ainda, complementam suas rendas com os Programas do governo federal, como Bolsa Família.

Geograficamente, o prédio fica em um terreno acidentado e cheio de pedras, dificultando a prática de atividades físicas das crianças no pátio escolar. Para requalificação da área “perdida”, foi aproveitada para o plantio de horta e jardim, atividades que são realizadas pelos próprios alunos sob orientação e acompanhamento dos (as) professores (as).

A infraestrutura da escola é composta por quatro salas de aula, uma sala de recursos multifuncionais, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma secretaria, cinco banheiros, um almoxarifado e uma cozinha.

A escola oferece o Ensino Fundamental I (2º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos turnos matutino, vespertino e noturno, atendendo a um público de 27 alunos (as) da

Educação de Jovens e Adultos, 165 alunos (as) do Ensino Fundamental I, sendo que desses, 11 são alunos (as) com necessidades especiais que além de serem das salas regulares, recebem atendimento educacional especializado em turno oposto, na sala de recursos multifuncionais.

A equipe escolar é formada por dezesseis (16) funcionários, uma diretora e um vice-diretor, uma coordenadora pedagógica, quatro professoras do ensino regular e uma de educação especial, uma secretária escolar, uma cuidadora, uma merendeira, uma funcionária da biblioteca, um porteiro e dois motoristas. Lembrando que todos os (as) professores (as) têm nível superior na área de atuação, com especialização em educação, além disso, participam de formação continuada e grupos de estudo com a coordenadora pedagógica.

Ao se tratar da aprendizagem dos educandos, segundo dados da Prova Brasil, a escola apresenta resultado de 26% na competência de leitura e interpretação de textos, um pouco abaixo do município e acima do resultado do estado da Bahia. Em Matemática, 9% é a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problema até o 5º ano.

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, todos os educadores da referida escola trabalham com projetos e sequências didáticas, valorizando a participação dos alunos e alunas nas ações pedagógicas e construção do conhecimento. Dentre os projetos pedagógicos da escola, destaca-se o de Educação Ambiental que tem como foco promover estudos, pesquisas, debates e atividades sobre as questões ambientais, alimentar e nutricional dentro do espaço escolar, bem como transformar o pátio da escola em um jardim utilizando-se de técnicas de paisagismo e jardinagem.

4.0 PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES E ESTUDANTES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo apresenta o resultado de dez meses de acompanhamento nas escolas pesquisadas, abordando desde as visitas, para analisar documentos como, planos de aula, sequências e projetos didáticos, às entrevistas com os diretores escolares e diálogo com professores, alunos e pais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se mais de uma técnica de coleta de dados: a entrevista com os diretores escolares, a roda de diálogo com coordenadores pedagógicos, professores (as), alunos (as) e pais, análise dos PPPs das escolas, projetos e sequências didáticas trabalhadas nas aulas, análise das Leis Municipais de EA e participação em feiras de educação ambiental realizadas pelas escolas. Esses diferentes procedimentos de coleta de dados, direcionou o trabalho a diferentes formas de análise.

Para Bardin (2009), enquanto método, a análise de conteúdo, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Foi adotada durante o estudo uma técnica qualitativa e interpretativa dos dados, ou seja, não foram utilizadas categorias predeterminadas para análise do material coletado, lembrando que essas foram surgindo a partir da leitura e análise dos resultados, procurando descrever o conteúdo exposto, emitindo juízo a partir das percepções e estudos realizados sobre a temática de estudo, buscando compreender o pensamento dos sujeitos pesquisados.

A técnica utilizada nas entrevistas exigiu um cuidado especial para que o entrevistado pudesse se concentrar no conteúdo da pesquisa e, ao longo do trabalho, não ficasse desinteressado pelas questões posteriores.

Inicialmente, os diretores foram entrevistados sobre a construção do Projeto Político Pedagógico: em que contexto histórico surgiu o projeto pedagógico? O que o bom projeto pedagógico deve conter? Quem deve elaborá-lo e como deve ser conduzido o processo? O projeto pedagógico deve ser revisado? Em que momento? Como atuar ao longo de sua elaboração e prática? O projeto pedagógico precisa conter questões atitudinais? O PPP da escola contempla o assunto Educação Ambiental? Quais são as maiores dificuldades na montagem do projeto?

Este procedimento consistiu na transcrição da entrevista que foi gravada com a autorização dos participantes e em repetidas leituras que juntamente com o referencial teórico

ajudou a elaborar a interpretação da resposta de cada um. O trabalho exigiu um investimento de tempo, uma vez que cada entrevistado trazia em sua fala suas construções ideológicas.

Posteriormente, diretores e coordenadores pedagógicos participaram das rodas de diálogo sobre o trabalho de Educação Ambiental nas escolas. Durante o diálogo discutiu-se sobre como o tema era trabalhado no ambiente escolar, nos planejamentos e discussões com os educadores; quais mudanças são perceptíveis no comportamento dos educandos e nos espaços escolares; como se deu o envolvimento dos pais e comunidades nas ações práticas da escola;

O diálogo com os (as) professores (as), alunos (as) e pais seguiu os mesmos critérios com o intuito de confrontar as percepções de cada sujeito envolvido no processo educacional. O que significa que foi preciso trabalhar arduamente, respeitando a complexidade peculiar na fala de cada sujeito.

4.1 O Projeto Político Pedagógico: um fazer a muitas mãos

Promover a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é fundamental, é uma construção que passa por várias etapas e precisa ser construído criteriosamente. Exige da equipe envolvida diálogo, persistência, sistematização e avaliação de todos os dados coletados, tendo em vista a realidade do projeto a ser construído. O mesmo deve favorecer o bom desenvolvimento da escola, assegurando o sucesso e a aprendizagem dos alunos, bem como, sua permanência num ambiente prazeroso e amigável.

O PPP deve expressar as diversas formas de currículo em ação, frutos das reflexões realizadas pelos envolvidos na sua elaboração e implementação, na perspectiva de uma escola comprometida com a formação de cidadãos críticos, reflexivos, criativos e atuantes na sociedade na qual estão inseridos e capaz de ajudar a transformá-la e melhorá-la, deve estar comprometido também com a tradução dessa perspectiva no cotidiano das práticas pedagógicas. (MEDEL, 2008, P. 15).

O processo de elaboração do Projeto Pedagógico compreende três momentos interligados: o diagnóstico da realidade, o levantamento das concepções do coletivo e a programação das ações a serem desenvolvidas por todos os sujeitos. Conforme Gesser (2011, p.30), “ao construirmos os projetos pedagógicos de nossas entidades educacionais, estamos intencionalmente planejando o que pretendemos realizar, alcançar”. O PPP é um instrumento que explicita a intencionalidade da escola, fazendo a mesma refletir e tomar consciência de

sua missão. Além de proporcionar maior autonomia pedagógica e conseqüentemente uma educação de qualidade.

Ao questionar os diretores das escolas pesquisadas sobre a construção/reelaboração do Projeto Político Pedagógico de sua escola, como se deu esse processo e em que momento histórico, o diretor 1 (D1) respondeu que a construção do PPP se deu no ano de 2005, quando na escola funcionava apenas o Ensino Fundamental I e a preocupação em construí-lo só se deu porque a mesma solicitou a implantação do Ensino Fundamental II à DIREC²⁰ - hoje NRE 03²¹. A escola foi fundada em 1989, e até a data da construção do PPP a equipe escolar ainda não tinha conhecimento sobre este documento.

D1- “O documento foi feito, mas sem a participação da comunidade escolar, os professores não tinham conhecimento do que estava acontecendo e foi escrito apenas pelo diretor, que entrevistou alguns professores, mas sem explicar o objetivo da entrevista”.

Segundo o diretor entrevistado, o projeto era um documento muito bem escrito, bem estruturado, mas não tinha nenhuma funcionalidade, pois no momento da construção não teve a participação dos professores, alunos, pais e comunidade, era um documento que serviu apenas para implantar o Ensino Fundamental II, mas depois ficou engavetado, sem serventia nenhuma. Sabe-se que as ações desenvolvidas nas escolas, principalmente quando se trata da construção, reelaboração ou avaliação do PPP, devem embasar-se nos preceitos de gestão democrática e participativa, que privilegiam o trabalho coletivo.

Quanto aos demais diretores entrevistados, diretor 2 (D2) e o diretor 3 (D3), estes disseram que ao assumirem a direção da escola já existia um PPP, como se observa na fala dos mesmos:

D2- “Quando eu assumi a direção da escola já existia um PPP. Eu não tinha experiência em gestão e comecei a estudar o documento, mesmo porque não tive orientação da antiga gestora”.

A diretora afirma que o PPP estava distante da realidade da escola, e que após análise feita, organizou uma equipe e começou a reestruturá-lo. Em seu relato, deixa claro que não havia no documento nada escrito sobre educação integral, educação especial e Educação de

²⁰ Diretoria Regional de Educação

²¹ Núcleo Regional de Ensino 03

Jovens e Adultos – EJA, uma vez que estas modalidades existem na escola. “O documento estava lá, mas não era a cara da escola”, diz ela.

Construir o projeto pedagógico da escola é uma tarefa que exige compromisso e participação de todos, como bem afirma Medel:

[...] Será um trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos: equipe administrativa: diretor geral, diretor adjunto, secretário, auxiliares de secretaria, agente de administrativo; equipe técnico-pedagógica: coordenador pedagógico, orientador pedagógico, orientador educacional; funcionários: serventes, merendeiras, inspetores de alunos; alunos, responsáveis pelos alunos e membros da comunidade local. (MEDEL, 2008).

Reunir essa equipe é uma tarefa difícil, principalmente quando se trata dos alunos e dos responsáveis pelos alunos que não estão acostumados com esse tipo de trabalho. Além disso, há também uma dificuldade em adequar os horários de modo que todos os envolvidos possam participar efetivamente das ações propostas. Embora seja uma tarefa difícil, fica claro na fala da diretora que houve a participação dos representantes de cada segmento na reestruturação do documento.

D2- “Após análise do documento, formamos um grupo da comunidade escolar, chamamos alguns pais, e dividimos as tarefas por parte. Cada grupo ficou responsável por escrever uma parte do projeto. Por exemplo, identificação, histórico, ou seja, as partes que contém no PPP. Fizemos dois grupos de estudo e revisamos o documento, mas até o momento não concluímos”.

Observa-se que a fala da diretora 2 dialoga com a de Medel (2008), embora, fica visível fragilidades na condução do trabalho, quando ela diz que divide a equipe em grupo e cada um fica responsável por escrever uma parte da projeto, correndo o risco de fragmentar o trabalho e não alcançar o objetivo desejado.

O planejamento consiste em ações e procedimentos para a tomada de decisões a respeito de objetivos e de atividades a ser realizadas em razão desses objetivos. É um processo de conhecimento e de análise da realidade escolar em suas condições concretas, tendo em vista a elaboração de um plano ou projeto para a instituição. (LIBÂNEO, 2008).

O diretor 3, diz em seu depoimento que ao assumir a função de diretor já conhecia o PPP da escola, pois, durante a elaboração do documento, ele exercia a função de professor da instituição como se observa a seguir:

D3- “Quando eu assumi a escola como diretor já existia um PPP, na época eu participei da construção como professor, então não foi algo novo pra mim”.

Diferentemente dos demais diretores, o D3 apresenta conhecimento prévio do documento por participar da elaboração do mesmo. Ao ouvir seu depoimento, inicialmente leva a crê que a escola tinha autonomia na condução de suas atividades, pois, entende-se que a bagagem adquirida na elaboração metodológica do PPP é importante para que este não seja mais um papel dentro do armário da diretoria escolar. Mas ao ser questionado como se deu o surgimento do PPP, o D3 prontamente responde: “O PPP surgiu a partir da legislação que exigia isso”, ou seja, a escola fez o PPP não por considerar importante e necessário “descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais” (LIBÂNEO, 2008), mas por entender que era apenas exigência da lei.

Está claro na LDB/96 que os estabelecimentos de ensino têm a responsabilidade de elaborar e executar sua proposta pedagógica lembrando que O PPP, segundo LIBÂNEO (2008), “pode significar uma forma de toda a equipe escolar tornar-se corresponsável pelo sucesso do aluno e por sua inserção na cidadania crítica”.

Segundo o entrevistado, a primeira versão do PPP se deu em 2009 e ele não tinha nenhum conhecimento sobre o assunto como se observa em seu depoimento:

D3- “Antes não tínhamos conhecimento sobre o assunto. A escola não tinha uma proposta definida, não tinha participação da comunidade. A escola trabalhava de acordo com o que era posto pela secretaria. A construção do PPP em 2009 foi um momento muito importante para nós, um momento enriquecedor... foi difícil porque não tínhamos muito conhecimento qual era realmente a verdadeira função do PPP, então não era levado muito a sério. Quando iniciamos a construção do PPP, tivemos a participação da comunidade escolar, da sociedade e do aluno, sendo que a participação destes nas discussões não era tão forte, eram muito passivos e opinava pouco”.

Ao analisar a resposta dos diretores, nota-se que é muito recente a preocupação deles com a elaboração ou reestruturação do PPP da escola, mesmo sabendo da necessidade do documento e de que nenhuma escola pode trabalhar sem ter uma proposta pedagógica definida. Apoiando nas ideias de Nogueira (2009), o objetivo de um planejamento estratégico é direcionar as atividades, ações, projetos e rumos de uma instituição, procurando responder a três questões básicas: Onde estamos? Onde queremos chegar? E como fazer para chegar lá?

Embora os diretores confirmassem que a escola trabalhou durante muito tempo sem um PPP, eles deixaram claro que, para construí-lo, a escola precisava planejar seu trabalho a curto, médio e longo prazo, preocupando-se em atender às necessidades da comunidade na qual está inserida.

Quando questionados sobre o que o bom projeto pedagógico deve conter, eles responderam que:

D1- “O PPP tem que conter a realidade da escola, a identificação, um histórico bem mais elaborado, uma fundamentação teórica que abordasse também a Educação Infantil, que era um segmento que a escola atendia e não tinha no documento antigo, e principalmente a participação de toda a comunidade, a voz do aluno, a voz do professor, a voz dos funcionários da escola”.

D2- “O Projeto deve ter todas as ações que representa bem a escola, precisa ter o embasamento em Leis. Ao revisar o documento, o que mais inquietou a gestão escolar foi o fato de não abordar sobre a Educação Especial e a educação integral, modalidades existentes na escola”.

D3- “O projeto precisa conter toda a vida da escola, o contexto, o histórico, a tendência pedagógica a ser seguida, precisa ter uma gestão democrática, precisa alinhar o currículo de acordo com a base nacional, precisa garantir qualidade do ensino visando o andamento da aprendizagem na escola”.

Com base nas respostas dos diretores, percebe-se que eles apresentam um bom conhecimento com relação ao que deve ter no PPP da escola, ainda que fique evidente que eles necessitam avançar no processo de reestruturação do documento.

Nesse contexto, cabe ao gestor organizar o trabalho, possibilitando a escola alcançar sua finalidade, concretizar sua função social, sistematizar suas ações no planejamento e na prática da escola. Desse modo, não se pode desconsiderar a atividade prática/ reflexiva desses sujeitos, e o contexto no qual a escola está inserida, o que contribuirá para reduzir a distância entre o real e o ideal, pois é a participação de todos nas discussões, na implementação de projetos e ações que mudanças significativas acontecem. Em outras palavras, precisa estar claro no PPP a definição da visão da escola, a missão e os valores.

Durante o ano letivo, faz-se necessário que a equipe gestora faça uma revisão do trabalho, para não perder de vista as metas definidas no projeto e para saber se os objetivos estão sendo atingidos. Sabemos que no dia a dia da escola há muitas dificuldades a serem enfrentadas, principalmente reunir a equipe para avaliar o andamento do trabalho. “Deve-se cuidar para que o PPP esteja em permanente avaliação, em todas as suas etapas e durante todo o processo, a fim de garantir o caráter dinâmico da vida escolar em todas as suas dimensões” (LIBÂNEO, 2008).

Ao perguntar sobre a revisão do PPP e em que momento deve ser feita, ambos responderam que a revisão deve ser feita sempre, principalmente quando passar por mudanças no sistema de ensino e quando mudar a clientela, como se observa em seus depoimentos:

D1- “Sempre, todo ano, sempre que houver necessidade e atualização no sistema de ensino, sempre que tiver adaptações na escola. Passamos um bom tempo sem mexer muito nesse PPP. Porque ficou uma coisa esquecida e por falta de conhecimento, ainda estava em nosso corpo que o PPP era algo pra ficar engavetado”.

O D1 deixa claro que só em 2015 a escola passou a fazer um trabalho melhor, organizou a equipe com representantes de todos os seguimentos para revisar o projeto, como se observa a seguir:

D1- “Dividimos em grupo, cada um responsável por pesquisar e estudar sobre o tópico escolhido e apresentar na assembleia o resultado para analisar e fazer as correções. Desse encontro saía o próximo grupo para cuidar da fundamentação teórica e assim sucessivamente. Isso aconteceu durante todo ano e acredito que o documento ficou a cara da escola. E nossa preocupação foi sempre a mesma, que ao final da revisão (reelaboração) o PPP ficasse a cara da escola e que este fosse praticado”.

D2- “Sim, a revisão deve ser anual, porque a cada ano nascem novos projetos, a escola vai mudando e a clientela também e por isso os projetos precisam ser mudados também. E pela necessidade da escola”.

D3- “Sim, ele deve ser revisado todo ano, todo ano deve acrescentar novos projetos, rever metas que não foram alcançadas durante o ano anterior, agora, por exemplo, que

criamos o conselho escolar, ele precisa está no PPP e agir de acordo que está posto, pois este é o coração da escola”.

As respostas dos diretores dialogam com Nogueira (2009), quando este afirma que “mais importante ainda seria termos um processo de avaliação no ano letivo, para verificarmos o andamento do planejamento e os procedimentos alternativos que devemos tomar, para que efetivamente os objetivos sejam alcançados”. Para os diretores entrevistados, a melhor forma de atuar ao longo da elaboração e prática de PPP, é envolvendo toda a comunidade escolar no processo, possibilitando a todos, voz e vez no direcionamento do ensino aprendizagem dos alunos na escola.

Sendo assim, a gestão democrática tem princípios e passa pela construção de mecanismo de participação da comunidade escolar, como é o caso do Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil, Conselho de Classes. É interessante ressaltar que a tomada de decisão seja partilhada e coletiva, sendo necessária a efetivação desses mecanismos dentro do ambiente escolar, pois os mesmos garantem o envolvimento de todos os segmentos no cotidiano da escola compartilhando a tomada de decisão e o desenvolvimento das atividades. A escola não pode andar sozinha, suas ações precisam ser transparentes, assegurada na legislação e publicamente, respeitando cada sujeito, suas opiniões e suas decisões.

Dialogando com LIBÂNEO (2008), “a avaliação é função primordial do sistema de organização e da gestão”, ainda segundo ele, ela permite pôr em evidência as dificuldades surgidas na prática diária. Ao questionar sobre quais as dificuldades na escrita do projeto, o D1 respondeu que a maior dificuldade foi revisar o antigo PPP e reestruturá-lo, bem como, integrar a participação da comunidade, principalmente envolver pais e alunos nas discussões:

D1- “A pesar da presença dos pais, alunos e comunidade, o envolvimento deles ainda era muito restrito, ficava mais na fala da coordenação e do professor. Mesmo provocando e dando condições para que todos participassem, percebemos que a maioria acredita que o que prevalece é a fala dos educadores”.

Igualmente ao Diretor 1, os diretores 2 e 3 também afirmaram que a maior dificuldade em elaborar/reelaborar/revisar os Projetos, foi envolver os pais e alunos, além de organizar o tempo para que os professores pudessem estudar sobre o assunto e ter uma fundamentação teórica qualificada, bem como, entender que este é um momento importante na busca por uma

educação de qualidade. Fica evidente na resposta dos entrevistados que a construção do PPP é uma tarefa complexa, porém, necessária, como instrumento de gestão de todas as atividades nas suas várias situações.

Vale ressaltar que a construção do PPP jamais acontece de forma harmônica, sem conflitos, pois durante esse processo existem interesses divergentes os quais precisam ser considerados, uma vez que, é essa diversidade de segmentos que torna o processo mais rico e dinâmico. Para ter êxito, é necessária que se crie ações compartilhadas na escola, que seja trabalhado no cotidiano, a importância dessa coletividade durante seu processo, garantindo espaços para a participação e tomada de decisões, tendo como finalidade o sucesso na aprendizagem do aluno.

Durante a entrevista, quando questionados sobre o assunto Educação Ambiental e sua inclusão no PPP da escola, todos disseram que estava sendo incluído nessa revisão em 2015. Embora o assunto venha sendo discutido nas reuniões de formação continuada e trabalhado nas escolas desde 2008. Porém, após análise dos documentos, percebi que o tema ainda não tinha sido incluído no PPP. Mas, é visível em outros documentos da escola, a exemplo dos planos de ação do PDDE Interativo e planos de ensino dos professores. Um fato que merece atenção, pois o PPP deve contemplar todas as ações desenvolvidas no ambiente escolar, de modo que seja o “guia da escola”.

No processo de construção do PPP, alguns princípios e dimensões importantes, devem ser considerados pela escola, pois são eles que fazem tornar mais consistente esse documento. As dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica do Projeto Pedagógico precisam ser consideradas na elaboração do mesmo, para não correr o risco de elencar metas que não tenha condições de executar e ou deixar de contemplar ações presentes na escola. Em relação aos princípios, estes precisam ser analisados e compartilhados com todos os envolvidos. São eles que orientam a escola a cumprir sua função, refere-se ao cotidiano da escola, à relação escola-comunidade local, a gestão democrática, a democratização do acesso e da permanência com sucesso do aluno na escola, autonomia, a qualidade de ensino, a organização curricular e a valorização dos profissionais da educação.

O Projeto Político Pedagógico precisa está articulado às Políticas Públicas educacionais brasileiras. São elementos considerados essenciais, que ao ser concretizado dentro da instituição garante um melhor desempenho dos seus educandos, visto que as mesmas visam melhoria na qualidade do ensino, aspecto importante previsto na legislação educacional. Por esse motivo faz-se necessário que a gestão escolar busque articular o Projeto Político Pedagógico (PPP) de sua escola às Políticas Públicas.

Sabe-se que há inúmeras políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade de ensino, cabe ao gestor conhecer cada uma delas para que possa buscar meios para implementá-las, uma vez que sinalizam novas possibilidades de mudanças na direção da qualidade desejada.

4.2 O processo de implementação do tema EA nas escolas pesquisadas

... a educação melhora a condição humana, e é um fator decisivo para tornar as pessoas produtivas e responsáveis membros da sociedade.

Lucia Legan

Nos últimos anos o acesso à educação no Brasil aumentou consideravelmente. A Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010²² que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica facilitou o acesso das pessoas à educação básica. A Resolução tem como fundamento a responsabilidade do Estado brasileiro, da família e da sociedade para garantir a democratização do acesso, a inclusão, à permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, bem como, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.

Com base em estudos feitos pelo movimento Todos Pela Educação (TPE), o Brasil tinha em 2013 cerca de 93,6% da população brasileira de 4 a 17 anos frequentando a educação básica. Embora o acesso tenha melhorado, os estudos revelam também que o país ainda tem 2,8 milhões de crianças e jovens fora da escola. Os dados apontam que há muito que fazer para atingir a meta que é toda criança e jovem frequentando a escola e plenamente alfabetizada até os oito anos de idade. Com base nesse contexto, é necessário pensar em estratégias que possibilitem o acesso dessas crianças e jovens que ainda se encontram fora da escola, bem como, garantir sua permanência.

Entende-se que o maior número de crianças, jovens e adultos frequentando a escola e aprendendo com qualidade e equidade, a sociedade terá pessoas mais capacitadas e responsáveis para lidar com o meio ambiente, cuidando de si e do espaço onde vive. A igualdade de acesso à educação democratiza a sociedade na medida em que, de acordo com Freitas (1991, p.19) “oportuniza a todos os indivíduos igualmente o acesso ao conhecimento,

²² Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824

possibilitando o desenvolvimento pessoal, a ascensão social e o poder econômico aos indivíduos desprivilegiados”.

A educação como um todo transforma o sujeito em um cidadão melhor, e ao se tratar da educação ambiental com ênfase no desenvolvimento de valores e atitudes, procurou-se neste capítulo relatar como se deu a implementação do tema educação ambiental nas escolas e qual a percepção dos diretores, coordenadores, professores, alunos e pais com relação ao trabalho de EA desenvolvido nas escolas Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho.

Pensar em uma educação para desenvolvimento de atitudes requer uma participação sistemática do sujeito e um trabalho que envolva as pessoas para que essas saibam atuar e adequar suas ações aos valores adquiridos.

4.2.1 Diálogo com professores (as) e coordenadores (as)

O diálogo com os (as) professores (as) e coordenadores (as) pedagógicos (as) sobre o trabalho de educação ambiental aconteceu nas três escolas pesquisadas. O número de participantes na roda de diálogo variou de acordo o tamanho da escola. Inicialmente foi pensado em cinco participantes em cada instituição, mas esse número variou de cinco a dez, por entender que ouvindo um numero maior de pessoas, abstrairíamos mais informações.

Iniciamos o relato falando da escola Artemízia Rodrigues Nogueira, construída há vinte e nove anos, localizada há treze quilômetros da cidade e próxima às principais grutas do município e do rio Pratinha. A referida escola atende as modalidades da Educação Infantil ao Ensino Médio, lembrando que o Ensino Médio é de responsabilidade do Estado em parceria com o município, como afirmado no capítulo III.

Nessa escola, dez pessoas participaram da roda de diálogo, dentre elas, o diretor e a coordenadora pedagógica. Em seus relatos, ficou evidente que a escola como um todo ainda enfrenta dificuldades no desenvolvimento das atividades sobre EA. Embora a temática seja abordada durante todo o ano letivo, eles afirmaram que os objetivos não são alcançados como gostariam e que ainda há muito que fazer para desenvolver no sujeito atitudes de conservação ambiental.

Prof^a. 01- Iniciamos o trabalho de educação ambiental há muitos anos, desde quando a nossa ex-diretora era viva, sempre organizávamos mutirões com os

alunos para coletar todo o lixo jogado aos arredores da escola, depois produzimos mudas de plantas e arborizamos toda a praça e as ruas da comunidade, que até então não tinha uma árvore se quer plantada.

Seguindo o raciocínio da colega, outra professora diz:

Prof^a. 02 - plantamos muitas árvores, desde a praça até chegar na pista (em torno de um quilômetro e meio de extensão), mas dessas, poucas sobreviveram, a maioria foi arrancada por pessoas que passavam pela localidade, restando apenas algumas que hoje já estão adultas.

Embora ações de educação ambiental sempre estivessem presentes na escola Artemízia, os (as) professores (as) reconhecem que essas ações eram pontuais e não se percebia mudanças comportamentais na maioria dos educandos, e que, mesmo desenvolvendo atividades para além da escola, não havia também comprometimento de parte da comunidade em preservar as árvores plantadas.

Com base nos depoimentos, é importante pensar em procedimentos para serem trabalhados com os estudantes de maneira que suas ações ultrapassem os muros da escola. Além disso, a escola poderá identificar outros procedimentos que sejam importantes para todo o alunado e que também envolva a comunidade diante de seus interesses e necessidades. “O trabalho com a realidade local possui a qualidade de oferecer um universo acessível e conhecido e, por isso, passível de ser campo de aplicação do conhecimento” (PCN, Meio Ambiente e Saúde, 1997, p. 48).

Pensar em educação ambiental é não se restringir a um grupo de pessoas ou apenas à escola que trabalha com suas limitações para formar um cidadão consciente de seus direitos e responsabilidades, no desenvolvimento de atitudes para a conservação do planeta.

A educação ambiental tem um sentido fundamentalmente político, já que visa à transformação da sociedade em busca de um presente e de um futuro melhor. É uma educação para o exercício da cidadania, que se propõe a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades sociais, a formar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana. (LUZZI, Daniel. PHILIPPI E PELICIONE, 2005, p. 383).

Todas as ações desenvolvidas na escola e comunidade, segundo os depoimentos, são planejadas, discutidas e avaliadas em sala de aula, mas nem sempre foi assim, ou seja, durante muito tempo, a escola desenvolvia as ações de educação ambiental sem se preocupar em elaborar um projeto didático, uma sequência ou plano de aula. A escola começou a perceber

que, se não planejasse, não alcançaria os objetivos desejados. Cada ano, segundo a coordenadora da escola, que também estava presente na roda de diálogo, a escola escolhe uma temática e trabalha durante todo o ano letivo.

Coordenadora: “O tema educação ambiental é muito amplo e não dá para trabalhar tudo de uma só vez é preciso ter foco, pensar na demanda e escolher de acordo a situação. O ano passado, por exemplo, trabalhamos com o tema “água”, porque aqui na nossa região há uma grande quantidade de roças irrigadas e nessas roças usam-se muito agrotóxico e o uso indiscriminado pode contaminar o lençol freático. O trabalho inicia desde a jornada pedagógica que acontece no início do ano, elencamos objetivos e metas e cada professor (a) trabalha com um recorte, não dá para “atirar” para todos os lados (risos). Esse ano (2016) trabalhamos com o tema “Ética Ambiental e Cidadania”, com foco em hortas, jardins e oficinas de reciclagem e todo ano organizamos uma feira de educação ambiental e os alunos(as) apresentam para a comunidade o que aprenderam”.

Foto 09. Produção de horta na Escola Municipal Artemízia Rodrigues Nogueira



Fotógrafa: a autora

De acordo com a fala da coordenadora, o trabalho passou a ter uma sustentação melhor a partir do momento que a equipe começou a reunir para planejar e avaliar as ações da escola, a fim de perceber se de fato o trabalho estava chegando aos educandos ou não. Segundo a equipe, não é visível muita mudança no comportamento da maioria dos estudantes, e que as atividades propostas, em sua maioria, são desenvolvidas apenas para cumprir créditos e apresentar na feira de educação ambiental, promovida pela escola. Por outro lado, é

perceptível em um grupo de estudantes, segundo os (as) professores (as), com atitudes de pessoas que se preocupam com a conservação ambiental e que, a partir das aulas, esses estudantes começaram a reproduzir em casa o que aprenderam na escola: construção de hortas, viveiros e plantio de árvores na comunidade, reaproveitamento de resíduos sólidos, dentre outros.

Coordenadora: “O projeto tem apresentado resultado, não como gostaríamos, mas alguns apresentam comportamentos de respeito ao ambiente, multiplicaram em casa algumas ações, ao contrario de outros que não se intimida em jogar o lixo em qualquer lugar, por exemplo. Muitas vezes ao terminar uma aula nos deparamos com a sala toda suja, cheia de papel de bala, em alguns casos o (a) professor (a) se recusa a entrar na sala por estar tão suja”.

Profª. 03 - “Certo dia, ao entrar na sala para dar aula, me deparei com uma quantidade de papel de bala no chão, fico preocupada porque a sensação que tenho é que não estamos tendo resultado nenhum”.

De acordo os relatos acima, vimos que a aprendizagem de procedimentos é indispensável para o desenvolvimento de capacidades ligadas à participação, à corresponsabilidade e à solidariedade, e acima de tudo o desenvolvimento de valores e atitudes.

Foto 10. Pátio da escola Artemízia Rodrigues Nogueira



Fotógrafa: a autora

Para Philippi e Pelicione, (2005, p. 3) “a educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos”.

Por outro lado, os educadores relataram também, que muitas mudanças são perceptíveis no comportamento de alunos (as), enquanto uns não se preocupam em manter a sala de aula limpa, outros, além de ter um comportamento contrário, se envolvem nas atividades propostas com mais entusiasmo, principalmente nas oficinas de reciclagem, construção de jardins e hortas escolares. Outra mudança citada pelos educadores foi com relação à estrutura física da escola, segundo eles, antes do projeto não existia uma única planta e hoje, além das árvores na entrada da escola, há também as hortas e o jardim.

A segunda escola participante da pesquisa foi a Emídio Pereira Evangelista. Construída há vinte e oito anos, localizada a uma distância de trinta e seis quilômetros da sede do município. Em 2016, a escola passou a funcionar em um prédio novo, pois o antigo não atendia as necessidades básicas e a maioria das turmas funcionava em salas improvisadas. Segundo o diretor da escola, o fato de a maioria das salas serem alugadas e em locais distintos, atrapalhava no funcionamento da instituição e interferia de forma negativa na aprendizagem dos educandos.

A escola oferece a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação Especial nos turnos matutino e vespertino, atendendo um quantitativo de duzentos e quarenta e nove alunos (249).

De acordo com o depoimento da coordenadora e do diretor da escola, as aulas eram divididas em teóricas e práticas, proporcionando o incentivo a cidadania ambiental e estimulando a responsabilidade, o engajamento individual e coletivo na transformação da escola. Isso implica, portanto, em ensinamentos que derivam das práticas concretas que se desenvolvem no meio (LEFF, 2001). “Isto não se deve levar a um empirismo e um pragmatismo a todo custo, e sim a valorizar a necessária relação entre teoria e práxis para fundamentar a reconstrução da realidade” (LEFF, 2001, p.257).

Foto 11. Horta produzida pelos estudantes no terreno doado pelo vizinho em frente à antiga escola Emídio Pereira Evangelista



Fotógrafa: a autora

O trabalho de educação ambiental nessa escola começou em 2009 com o plantio de hortas escolares. Na época, segundo o diretor, a escola não tinha espaço que atendesse a necessidade da escola e o vizinho disponibilizou um pedaço de terra para a produção de hortas.

Assim como a escola Artemísia Rodrigues Nogueira, a Emídio Pereira passou a eleger uma temática para ser trabalhada durante o ano letivo e cada professor (a) se responsabiliza por um recorte dentro da temática para ser estudada na disciplina que atua.

O tema “água” foi o foco do projeto institucional no ano de 2016, o projeto abordou, dentre outros assuntos, a crise da água no Brasil e no povoado de Matinha do Cerco, com ênfase na extinção dos dois rios da comunidade, o rio Baixão do Cerco e o rio Olho D’Aguinha²³ que eram perenes e hoje só tem água quando chove em abundância. Segundo o diretor e a coordenadora pedagógica da escola, o projeto institucional foi planejado pela equipe e desenvolvido em sala de aula pelos (as) professores (as).

[...] a estruturação do espaço ambiental exige tomadas de posição ecológicas e sociais, em defesa dos ecossistemas ameaçados. Os oponentes e as contradições surgirão tanto do território como de sua exterioridade; a modificação de práticas tradicionais desastrosas, na exploração do território (desarborização abusiva,

²³Rio Baixão do Cerco: a nascente fica na fazenda Baixa Grande, próxima à comunidade da Matinha. O rio era perene e após a construção da barragem passou a ser temporário. E o rio Olho D’Aguinha, que nasce entre as comunidades do Cerco e Olhos D’Água, também temporário.

culturas de queimadas), atingirá os costumes e as técnicas consolidadas. (BOMFIM 2009, P. 65)

De acordo com os participantes da roda de diálogo, a parte do rio Baixão do Cerco que ainda se encontra viva é a que está localizada na propriedade particular de um morador da comunidade, um senhor de idade, que mantém conservada a margem do rio e não permite depositar lixo nas proximidades do rio. Mas segundo eles, a extensão maior do rio encontra-se desmatada.

Apesar de a educação ambiental ser trabalhada durante todo o ano, os educadores afirmaram que as ações desenvolvidas na escola não são suficientes para desenvolver nos estudantes atitudes de conservação, além de não proporcionar um envolvimento sistemático da comunidade. Segundo eles (as), poucas mudanças são perceptíveis nas atitudes dos sujeitos, sejam elas dentro ou fora da escola.

Profª. 04 – “Sempre trabalhamos a educação ambiental na escola, esse ano, por exemplo, estudamos o tema água e no final do ano trabalhamos sobre aquecimento global. A gente percebe que os alunos sabem muita coisa, durante as aulas há uma participação forte nos debates. (...) Eles sabem que os recursos naturais são esgotáveis, sabe também que pode contribuir para melhorar e preservar o meio ambiente, mas quando passa aquele momento de debate parece que esqueceram tudo que foi discutido em sala de aula: eles jogam lixo na sala, não se preocupam em manter um ambiente limpo e conservado, e em se tratando de por em prática, ainda deixam muito a desejar, são poucos os alunos que fazem isso”.

Assim como os educadores da escola Artemízia, os da escola Emídio não percebem muita mudança no comportamento dos alunos e alunas, isso se evidencia no depoimento da professora acima. É notável a ansiedade deles em ver a escola com um alunado crítico e consciente de suas responsabilidades, capaz de intervir e transformar a realidade socioambiental.

É importante entender que, de acordo com Arlindo Philippi Jr e Maria Cecilia Focesi Pelicione (2005, p. 03), educação ambiental não se trata apenas de entender e atuar sobre a problemática ecológica e na manutenção dos ecossistemas, trata-se, portanto, segundo os autores, de estabelecer relação de causa e efeito dos processos de degradação com a dinâmica dos sistemas sociais.

A educação para a formação de valores, atitudes e competências capazes de apreender e atuar dentro da concepção de um mundo como sistemas socioambientais complexos, implica a necessidade de pesquisar os problemas da aprendizagem da

complexidade em função da evolução das estruturas cognitivas do aluno em seus diferentes estágios de desenvolvimento, dentro do seu contexto cultural e ambiental próprio. (LEFF, 2001, p. 259-260).

Com base no relato dos educadores das escolas pesquisadas, e, é recorrente nas falas dos educadores das três escolas que, a maioria dos estudantes não demonstra atitudes de preservação ambiental na escola e na comunidade do entorno, apesar de demonstrarem conhecimentos acerca da temática. Conforme o autor faz-se necessário investigar, quais os problemas que interfere na aprendizagem dos (das) alunos (as) nos seus diferentes estágios de desenvolvimento, analisando ainda, o contexto cultural e ambiental em que estão inseridos, para intervir de forma sistemática na aprendizagem dos alunos (as), de modo, a perceber mudanças no comportamento e atitudes deles (as).

Durante o diálogo, eles afirmaram também que muitas ações foram desenvolvidas fora da escola, na comunidade do entorno:

Profº. 05 – “Dentre as ações desenvolvidas, temos uma que é levar os alunos para recolher o lixo espalhado na comunidade, é um trabalho de mutirão, claro que não acontece sempre, mas para mostrar a eles a importância de manter o lugar limpo. Em um desses momentos ao terminar a atividade fiquei pensando no que iríamos fazer com o lixo, uma vez que na comunidade não tem local adequado para colocar, nem mesmo um cesto simples”.

Diretor: “Sabemos que o que estamos fazendo ainda é muito pouco e às vezes a sensação que temos é que não estamos fazendo nada. Trabalhamos a educação ambiental o ano todo na escola, construímos viveiro para a produção de mudas de árvores nativas, fizemos plantio de árvores, visitamos os rios e discutimos sobre a importância de preservá-los, coletamos o lixo na comunidade, mas nos deparamos com situações que fogem a nossa competência, se não tivermos o envolvimento da comunidade e do poder público, muita coisa não dar certo, o lixo, por exemplo, a comunidade não tem coleta, não tem cesto de lixo na rua. Fazemos a coleta do lixo com os alunos, mas no outro dia tudo volta ao que era antes”.

Diante da fala do diretor da escola Emídio Pereira Evangelista, fica evidente a necessidade de um trabalho de EA nas escolas em parceria com a comunidade e o poder público para o desenvolvimento de processos educativos permanentes e continuados que envolva o indivíduo e a coletividade no desenvolvimento de valores e atitudes para a construção de uma sociedade ambientalmente melhor.

A escola Maria Nilda de Carvalho é considerada de pequeno porte e atende um público de 160 alunos, sendo que parte deles é da zona rural. O prédio está localizado na

periferia da cidade em um terreno acidentado e próximo ao “Poço de Manoel Felix”, lugar que deu origem à cidade e ao primeiro nome, quando este ainda era distrito de Seabra.

Em se tratando da escola Maria Nilda de Carvalho, vale lembrar que a mesma está localizada na sede do município, como relatado no capítulo anterior e foi construída há 19 anos, atualmente, oferece a modalidade de ensino regular do Fundamental I (2º ao 5º ano) e Educação Especial, funcionando nos turnos matutino e vespertino. São quatro professoras das salas regulares e uma da sala de educação especial, uma diretora e vice-diretor, uma coordenadora pedagógica e cinco funcionários de apoio, com idades entre trinta e nove a quarenta e três anos.

Nesta escola todas as professoras, a diretora, o vice-diretor e a coordenadora pedagógica participaram da roda de diálogo. Ao ouvir seus relatos, ficou evidente que a educação ambiental é trabalhada durante todo o ano letivo. Segundo elas, o trabalho inicia na jornada pedagógica, momento em que as escolas planejam seus projetos didáticos e cada professor (a) com apoio da coordenadora elabora o plano de disciplina. Durante o ano, os planejamentos acontecem a cada oito dias e em turno oposto ao da aula.

Durante a conversa, cada professora foi relatando sobre o desenvolvimento dos projetos em sala de aula, como se deu o envolvimento dos alunos e alunas nas atividades propostas e sua percepção com relação aos resultados alcançados. Diferentemente das demais escolas pesquisadas, a Maria Nilda sente-se mais satisfeita com o resultado do trabalho. Em 2016, o primeiro ciclo trabalhou com o projeto intitulado “O mundo em nossas mãos”, com foco na preservação do Meio Ambiente, poluição, desmatamento, queimadas, extinção de animais, desperdício da água e de matéria-prima e o segundo ciclo focou nas belezas naturais de Iraquara e sua preservação. Ao final do projeto, a escola se organiza e promove uma feira de educação para apresentar à comunidade os resultados alcançados.

A educação ambiental implica um processo de conscientização sobre os processos socioambientais emergentes, que mobilizam a participação dos cidadãos na tomada de decisões, junto com a transformação dos métodos de pesquisa e formação, a partir de uma ótica holística e enfoques interdisciplinares. (LEFF 2001, p.253).

Assim como as escolas Artemízia Rodrigues e Emídio Pereira, a escola Maria Nilda também investiu em hortas escolares e jardim suspenso. Segundo as professoras, esse foi um trabalho que alcançou um resultado melhor em comparação aos demais.

Profª. 06 – “Com o projeto horta escolar e jardim suspenso tivemos uma participação mais efetiva dos alunos, o aproveitamento foi de cem por cento das atividades práticas, tivemos a participação da comunidade, muitos colaboraram com doação de plantas, pneus, tintas para pintar os pneus... Depois desse projeto a escola ficou mais bonita e o um ambiente mais agradável”.

A fala da professora dialoga com o que está escrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente, quando diz que parte dos assuntos mais significativos para os estudantes estão circunscritos à realidade mais próxima que é a sua comunidade e região.

Foto 12. Escola Maria Nilda de Carvalho após implantação do projeto de EA



Fotógrafa: a autora

Trabalhar a educação ambiental desde o início da escolaridade é de fundamental importância para que a criança desenvolva sua responsabilidade e solidariedade para com o meio e com outras pessoas de diferentes culturas, classes sociais e econômicas.

O convívio escolar será um fator determinante para a aprendizagem de valores e atitudes. Considerando a escola como um dos ambientes mais imediatos do aluno, a compreensão das questões ambientais e as atitudes em relação a elas se darão a partir do próprio cotidiano da vida escolar do aluno. (PCN Meio Ambiente, p. 50).

Durante o diálogo uma das professoras relatou como foi a aula de campo na visita ao lixão da cidade, ela descreveu como as crianças ficaram perplexas com o que viram, afirmou

também que após a visita neste local e em outros pontos estratégicos do município, como o Poço de Manoel Félix, o Parque da Dolina no centro da cidade, o rio Pratinha e visita às grutas, as crianças melhoraram o comportamento na escola. Segundo elas, as crianças passaram cuidar melhor do ambiente escolar, do jardim e da horta, além de terem melhorado o relacionamento com os colegas e com os funcionários da escola.

Ela conclui sua fala dizendo:

Profª. 07 – “A escola hoje está melhor, percebemos mudança no comportamento dos alunos, mas chegamos a conclusão que o que estamos fazendo não é o suficiente, precisamos fazer mais e se agente vai trabalhando isso com eles, eu acho que a tendência é agente mudar e ajudar o nosso planeta a melhorar”.

Diante do exposto, entende-se que a educação ambiental tem o papel de formar para a cidadania, desenvolvendo no sujeito uma visão de mundo e de reflexão sobre os efeitos e causas dos problemas ambientais que prejudique a vida no planeta. Trabalhar a educação ambiental desde as séries iniciais permite ao sujeito, como bem afirma Arlindo Philippi Jr e Maria Cecilia Focesi Pelicione (2005), compreender a complexidade do meio ambiente, seus aspectos biológicos, físicos, sociais econômicos e também culturais.

4.2.2 Dialogo com os estudantes

O diálogo com os estudantes sobre educação ambiental seguiu a mesma estratégia usada com os educadores. Inicialmente pensou-se em ouvir apenas os professores, coordenadores e diretores escolares, mas no decorrer da pesquisa, surgiu a necessidade de conversar com os alunos e alunas das três escolas pesquisadas. Ouvir este público sobre o que eles sabem a respeito da educação ambiental na escola possibilitou uma compreensão melhor da dinâmica usada no desenvolvimento das aulas em cada escola.

A quantidade de alunos na roda de diálogo variou de seis a dez estudantes com faixa etária de oito a vinte e um anos de idade. Na escola Maria Nilda de Carvalho, onde funciona apenas o ensino fundamental I (do 2º ao 5º ano), dez alunos participaram da conversa. Durante o diálogo eles demonstraram muita segurança no que estavam falando e relataram como era e como ficou a escola depois do projeto, como se observa na fala de um dos alunos:

Estudante 01: “Antes do projeto a escola era feia, não tinha horta, não tinha jardim e nem os cestos para colocar o lixo separado, agora está diferente e mais bonita... só que hoje tem as lixeiras de coleta seletiva e muitos alunos ainda não sabem separar, eles colocam o lixo misturado”.

Foto 13. Pátio da Escola Maria Nilda de Carvalho antes do Projeto de EA



Fotógrafa: a autora

Foto 14. Pátio da Escola Maria Nilda de Carvalho depois do Projeto de EA



Fotógrafa: a autora

O trabalho de educação ambiental no início da escolaridade, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, centra-se no desenvolvimento de valores, atitudes e posturas éticas e no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem de conceitos. Nesse contexto fica clara a importância de educar o sujeito de maneira que esse possa agir com responsabilidade para a conservação do ambiente.

Ao ouvir o relato dos estudantes do segundo ao quinto ano (2º ao 5º ano), constatou-se que os assuntos trabalhados em sala de aula e as ações práticas desenvolvidas nas aulas de educação ambiental estão bem mais consolidados do que com os estudantes do segundo ciclo (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

Isso implica, portanto, a necessidade de avaliar o trabalho desenvolvido em todas as séries do ensino regular e trabalhar de forma que o conhecimento se consolide ao longo da vida escolar do sujeito e que o conhecimento ambiental não seja momentâneo, pelo contrário, este deve ser fortalecido de modo que instalem em cada um, hábitos de respeito e conservação ambiental.

A construção de uma racionalidade ambiental demanda a transformação dos paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, o diálogo, hibridação e integração de saberes, bem como a colaboração de diferentes especialidades, propondo a organização interdisciplinar do conhecimento para o desenvolvimento sustentável. (LEFF, 2010, p. 162).

É válido lembrar também, que o conhecimento não se dá apenas através da escola, a sociedade tem um papel fundamental na construção do saber, bem como a família e os meios de comunicação, os quais exerce especial influência na vida das crianças. Dialogando com Leff (2010), isso gera novas perspectivas epistemológicas e métodos para a produção do conhecimento.

Na escola Artemízia Rodrigues Nogueira, seis estudantes participaram da roda de diálogo. Estavam presentes no grupo, alunos (as) do sexto ano à terceira série do Ensino Médio. Durante a conversa, os estudantes apresentavam-se mais tímidos do que os da escola Maria Nilda de Carvalho.

Estudante 02: “Eu gosto muito do trabalho com educação ambiental aqui na escola. Quando nós vamos para as comunidades coletar mudas de plantas para o jardim da escola, quando estamos plantando as mudas e os jardins suspensos para enfeitar e expor no dia da Feira de educação é muito bacana! E eu aprendi muito com isso”.

Embora, a escola tenha um trabalho sistemático de educação ambiental durante todo o ano, ficou claro que os estudantes apesar de demonstrarem conhecimento ambiental, reconhecerem os danos causados ao ambiente em consequência da ação humana, se preocupam mais em cumprir com as tarefas do projeto para apresentar na feira de educação ambiental do que desenvolver as atividades como algo necessário para a formação de sujeitos conscientes de suas responsabilidades.

Ao entrar em contato com o meio ambiente, as pessoas fazem uso dos cinco sentidos em um processo associado com os mecanismos cognitivos, ou seja, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. (MELAZO, 2005, p. 49).

Segundo o autor, a percepção e o engajamento do cidadão em relação à importância dos elementos naturais e aos problemas ambientais locais são um passo importante para contemplar os objetivos da Educação Ambiental, ou seja, é necessária mudança de postura frente às questões ambientais. Neste sentido, entende-se que as ações desenvolvidas nas escolas precisam ser avaliadas constantemente, não perdendo de vista quais objetivos a escola pretende alcançar com o trabalho de educação ambiental.

Foto 15. Jardim suspenso, confeccionado pelos estudantes da Escola Artemízia Rodrigues Nogueira



Fotógrafa: a autora

Portanto, há uma necessidade de rever o que a escola está fazendo e o que o aluno de fato está aprendendo, pois, como bem afirma Melazo (2005), a principal função da Educação Ambiental é a formação de cidadãos conscientes, preparados para a tomada de decisões e atuando na realidade socioambiental, comprometendo-se com a vida, o bem estar de cada um e da sociedade, tanto a nível global como local.

Na escola Emídio Pereira Evangelista, o diálogo aconteceu de forma tranquila e o comportamento dos alunos e alunas foi similar ao comportamento dos estudantes da escola Artemízia Rodrigues Nogueira. Nessa escola, sete estudantes do quinto ao nono ano (5º ao 9º ano) participaram da roda de conversa. Os alunos e alunas do Ensino Fundamental II durante a conversa deixavam transparecer que não há uma progressão da aprendizagem no que se refere ao trabalho de educação ambiental nas séries/anos, como se os conhecimentos construídos no início da escolaridade não tivesse o mesmo sentido.

Estudante 03: “No projeto de educação ambiental, os professores sempre trabalham com o objetivo de nos conscientizar sobre os cuidados com o meio ambiente e com o planeta. Com a preservação da água e das nossas riquezas naturais como as grutas, rios, lagoas, etc. Mas, parece que as crianças levam muito mais a sério do que nós”.

Outra estudante participante do diálogo relatou como foi o projeto água, e neste relato, ela descreve a visita feita ao rio Pratinha, fala de seu encantamento com o lugar e diz que não é preciso sair de Iraquara para conhecer lugares bonitos.

Foto 16. Rio Pratinha



Fotógrafa: a autora

Estudante 04: “O rio Pratinha parece um paraíso! Eu fiquei encantada! Quando visitamos o rio eu fui entender melhor porque os professores durante o trabalho com a educação ambiental na escola falavam pra gente cuidar das nossas riquezas naturais. Como por exemplo, não jogar lixo em qualquer lugar, economizar água e não desmatar. Pois, quem tem uma beleza dessas, não pode perder! Mas, eu acho que a gente só cuida do que a gente conhece, não é mesmo!”.

Foto 17. Rio Pratinha



Fotógrafa: a autora

Na sua fala ficou evidente que durante a atividade de campo, os alunos e alunas entenderam como uma atividade de lazer, embora o objetivo da escola fosse que eles (as) agissem como observadores.

É importante ter em mente que atividades como essas, de acordo com Andréa Focesi Pelicioni (2006), contribuem para o desenvolvimento humano, para a construção de novos conhecimentos, promovem o bem-estar individual, facilitam a interação grupal e a cooperação, mas é importante também não perder de vista o foco principal do trabalho de Educação Ambiental.

[...] deve-se chamar a atenção dos (as) educadores (as) para a necessidade de que essas atividades também contribuam para promover uma visão ampla da problemática socioambiental, que não fiquem encerradas nelas mesmas, mantendo perspectivas confinadas a objetivos imediatistas, restritos ao âmbito do indivíduo ou do grupo que participou da atividade. (PELICIONI 2006, p. 541).

As práticas de Educação Ambiental com foco no desenvolvimento crítico do sujeito precisam ser trabalhadas de maneira que ajude o educando a adotar posturas de conservação na escola, em casa e na comunidade, posicionando-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio.

4.2.3 Diálogo com os pais

O diálogo com os pais dos estudantes das escolas pesquisadas seguiu a mesma estratégia usada com os educadores e com os educandos. Para proporcionar o momento de diálogo os diretores das escolas ajudaram na articulação do encontro. A ideia inicial era ter um momento com eles para falar das suas percepções sobre o trabalho de EA na escola e quais mudanças eram perceptíveis no comportamento dos filhos após o projeto.

O resultado do encontro não foi tão satisfatório. Na escola Maria Nilda de Carvalho, o diálogo não aconteceu porque os pais não compareceram no dia combinado. Quanto à escola Artemísia Rodrigues Nogueira, três mães participaram do diálogo e dessas, uma ex-professora aposentada e a outra faxineira contratada da escola, apenas a terceira mãe presente no encontro não tem vínculo empregatício com a instituição. De acordo com o depoimento, elas estão sempre presentes na escola e tem participação ativa nos projetos de EA, seja com doação de plantas ou participação nas oficinas de reciclagem com os estudantes e no plantio de árvores na praça.

Mãe 01: “Quando a escola organiza os eventos eu sempre participo. Nas atividades de plantio de mudas, cuidado com hortas e jardins, estou à disposição da escola, ajudando de todas as maneiras, e me alegro em poder ajudar. E, com isso, vou aprendendo junto com meu filho a cuidar da escola e do meio ambiente”.

Quanto à percepção delas com relação aos alunos/filhos, ambas relatou que são poucas as mudanças em seu comportamento, principalmente a mãe que trabalha no setor da limpeza.

Mãe 02: “Eu vejo a escola e os professores trabalhando como cuidar das plantas, do ambiente, da preservação do planeta, mas, na maioria das vezes os alunos joga lixo no chão, risca as carteiras, como se não tivessem aprendido quase nada. A mudança maior que vejo neles (as) é no cuidado com as plantas no pátio da escola”.

Na escola Emídio Pereira Evangelista, apenas duas mães das que foram convidadas compareceram ao encontro. Elas falaram um pouco sobre o assunto e afirmaram assim como as da escola Artemízia, que as mudanças ocorridas no comportamento dos filhos ainda são poucas. Uma delas relatou sobre o filho que estuda na Educação Infantil, segundo ela, o filho sempre chama a atenção dela na hora do banho e de escovar os dentes, meu filho sempre fala:

Mãe 03: “Mãe, desligue a torneira. A professora falou que não pode gastar muita água, tem que economizar que um dia a água pode acabar”.

Outras ações foram relatadas pelas mães das escolas que compareceram ao encontro, como por exemplo, a produção de hortas em casa feita pelo filho após o projeto de EA, a produção de mudas nativas e arborização da comunidade por um dos alunos do ensino fundamental II. Vale ressaltar que esta comunidade não é a mesma que a escola esta situada, que também foi arborizada pelos alunos e a ex-diretora da escola, como já foi dito anteriormente.

Dialogando com os PCNs Meio Ambiente e Saúde (1997), para que a Educação Ambiental possa atingir os objetivos a que se propõe, é necessário que toda a comunidade escolar (professores (as), funcionários (as), alunos (as) e pais) assumam esses objetivos, uma vez que eles se concretizarão em diversas ações que envolverão todos e todas, cada qual na sua função. Ainda de acordo os PCNs (1997, p. 75) “O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos”.

Desse modo, envolver os pais nas ações de EA realizadas nas escolas e valorizar suas contribuições faz com que o trabalho tenha mais significado para os educadores e educandos e conduz a uma aprendizagem de valores e atitudes ambientais mais conscientes e eficazes.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formações teóricas ideológicas, bem como as práticas do ambientalismo, emergem com um sentido prospectivo, reorientando valores, instrumentalizando normas e estabelecendo políticas, para construir uma nova racionalidade social.

Enrique Leff

O estudo sobre Educação Ambiental nas escolas municipais Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho permitiu conhecer a complexidade de se trabalhar o assunto com alunos e alunas de maneira que eles (as) sejam capazes de assumir seus direitos e responsabilidades, além de se formar enquanto cidadãos conscientes que adotem atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana.

Compreender a importância de trabalhar a Educação Ambiental nos espaços escolares é ter consciência das ações de preservação da vida no planeta, diminuindo o consumismo desenfreado, com atitudes responsáveis sobre o uso dos bens naturais. Isso implica em vencer os desafios do dia a dia, formando cidadãos para atuar nessa sociedade, levando em consideração a Lei de Educação Ambiental, que deve estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Pensar em uma sociedade melhor sugere investir na formação do sujeito, no desenvolvimento de atitudes e procedimentos. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, implica na aquisição de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores, levando-nos a refletir sobre a temática Educação Ambiental e a formação do sujeito.

Trabalhar a temática desde o início da escolaridade, perpassando por todos os níveis de ensino, desenvolve nos sujeitos atitudes de responsabilidade e solidariedade para com o meio e demais pessoas de diferentes culturas, classes sociais e econômicas. Neste contexto, não se pode deixar de salientar a importância do (a) educador (a) na formação de sujeitos transformadores, capazes de analisar, propor soluções e intervir respeitando à diversidade étnica, política, cultural e social.

O estudo revela também que, por um bom tempo as escolas envolvidas na pesquisa não se preocupavam em planejar as ações, ou seja, não havia planejamento para o desenvolvimento do trabalho de EA. As mesmas não escreviam os projetos, sequências ou planos de aula e as ações desenvolvidas eram pontuais, como: caminhada no dia do meio

ambiente, mutirão para coleta de lixo nos arredores da escola ou na comunidade em que as mesmas estão inseridas, arborização da praça, dentre outras. Não havia também uma preocupação dos educadores em inserir a temática no Projeto Político Pedagógico - (PPP) da escola ou nos planos de ensino, tornando as ações fragilizadas e com poucos resultados.

No entanto, ao perceber esta fragilidade, as escolas passaram a planejar as ações de EA e os educadores consideram que estão mais preparados e com maior disposição para desenvolverem os projetos de acordo com suas possibilidades, inovando as estratégias de trabalho, demonstrando motivação, interesse e vontade de desenvolver um trabalho mais consistente.

Outro fato revelador, é que embora ações de educação ambiental estejam presentes nas escolas pesquisadas, todos os envolvidos na pesquisa reconhecem que ainda há poucas mudanças comportamentais na maioria dos educandos, e que, mesmo desenvolvendo atividades para além da escola, não há também comprometimento da grande maioria das pessoas da comunidade no desenvolvimento dos projetos ou na preservação do ambiente.

Considerando a temática abordada e a questão norteadora da pesquisa: Como o tema educação ambiental tem sido trabalhado nas escolas municipais Artemízia Rodrigues Nogueira, Emídio Pereira Evangelista e Maria Nilda de Carvalho de Iraquara-Bahia, e qual a relação da prática pedagógica com o desenvolvimento de novos valores e atitudes nos alunos e alunas dessas escolas, conclui-se que a Educação Ambiental faz parte da estrutura curricular dessas três instituições. No entanto, não basta a inclusão da Educação Ambiental na estrutura curricular para se alcançar mudança de valores e atitudes, é necessário refletir sobre a prática pedagógica, avaliar o processo e os resultados, ter comprometimento social e posturas ambientalmente corretas para a melhoria e preservação da vida no planeta.

Diante da realidade das três escolas pesquisadas, e, de acordo os envolvidos na pesquisa, consideram que o trabalho precisa ser melhorado, fortalecendo o envolvimento de todos os sujeitos: professores (as), alunos (as) pais e o envolvimento da comunidade local e do poder público, de modo a obter melhores resultados e juntos trabalhar em prol da qualidade da vida, da ética e da consciência planetária, para que as ações desenvolvidas viabilizem o alcance sistemático dos objetivos propostos e melhore a qualidade no processo de aprendizagem dos (as) alunos (as).

A escola assume um papel fundamental nas ações transformadoras que emancipam os sujeitos, cabendo a ela a responsabilidade de promover o diálogo e o debate entre os (as) alunos (as) e os grupos sociais durante a formação do sujeito, sendo um espaço democrático, acolhedor onde os envolvidos se sintam respeitados e tenham suas opiniões valorizadas. Neste

contexto, aumenta a responsabilidade da escola em desenvolver uma educação ambiental que possibilite ao sujeito aquisição de conhecimentos para a tomada de decisões transformadoras a partir do meio ambiente natural ou construída.

No mundo contemporâneo prevalece o individualismo e o consumo exagerado. Quanto mais a pessoa tem, mas ela quer ter mais, vive-se a era da velocidade das informações, da tecnologia avançada e da dissipação dos recursos naturais, destruição de espécies, enigmáticas doenças da alma, abismo crescente entre ricos e pobres, e tantas outras catástrofes inexplicáveis. Dessa maneira, o (a) aluno (a) enquanto protagonista da história, precisa também corresponsabilizar-se pela própria formação, se percebendo e agindo como aquele que será responsável pela melhoria e preservação da vida no planeta.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas, este foi elaborado/reestruturado com a participação da comunidade escolar, bem como articulado às Políticas Públicas educacionais brasileiras. São elementos considerados essenciais, que ao ser concretizado dentro da instituição garante um melhor desempenho dos seus educandos, visto que as mesmas visam melhoria na qualidade do ensino, aspecto importante previsto na legislação educacional.

O levantamento bibliográfico e o diálogo com alguns autores sobre a temática permitiram também a assimilação do conhecimento e a confirmação de que este se dá na interação do sujeito com o objeto e para tanto, precisa da participação ativa de todos.

Ao concluir este trabalho, pretende-se devolver o resultado às escolas envolvidas na pesquisa para que estas possam refletir sobre o trabalho de EA e ampliar a participação de toda a comunidade escolar e da comunidade do entorno nas ações. Além das escolas envolvidas na pesquisa, pretende-se também, devolver o resultado ao poder público municipal, para que este possa incentivar e apoiar a ampliação do projeto de Educação Ambiental em todas as unidades escolares, alinhando com as políticas nacional, estadual e municipal, bem como, incentivar a parceria das instituições locais, setor público e privado e sociedade civil no projeto de Educação Ambiental.

6.0 REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia, 1950 -, a coluna Prestes na Bahia trilhas, combates e desafios / Renato Luís Sapucaia Bandeira, salvador: 2010.

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos / Renato Luís Sapucaia Bandeira. – 4º ed. – Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2006.

BAHIA, Secretaria de Meio Ambiente, Programa de educação ambiental do Estado da Bahia: PEABA / Secretaria do Meio Ambiente. – Salvador: EGBA, 2013, 168p. il.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível.Vol.I:Hospitalidade, direito e dever de todos.** Petropólis, RJ: Vozes, 2005.

BOMFIM, Natanael Reis. **Noção social de território: em busca de um conceito didático em geografia** : a territorialidade / Natanael Reis Bomfim. - Ilhéus: Editus, 2009. 101p. : il.

BONILLA, Maria Helena Silveira, **Escola Apredente: para além da sociedade da informação**/Maria Helena Silveira Bonilla. – Rio de Janeiro: Quartet, 2005

Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] N° 121, 29 de octubre de 1998

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC /SEF/SEESP, 1998.62 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização, Diversidade e Inclusão.** Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente; elaboração de texto: Tereza Moreira. – 46 p. : il.

BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 02 de abril 2017.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez editora. 2008.

CHARLOT, Bernard, **Relações com o saber, formação dos professores e globalização: Questões para a educação hoje/** Bernard Chalort. – Porto Alegre: Artmed, 2005.

DEMO, Pedro, 1941, **Avaliação sobre o olhar propedêutico**/Pedro Demo – Campinas, SP: Parirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento.** Disponível http://www.apodesc.org/sites/documentos_estudos/arquivos/Desenvolvimento-EDUCAÇÃO_E_DESENVOLVIMENTO_LOCAL_Ladislau%20Dowbor.pdf.

Educação Ambiental e sustentabilidade / **Arlindo Philippi Jr., Maria Cecília Focesi Pelicione**, editores. – Barueri, SP: Manole, 2005 – (Coleção Ambiental ; 3)

GANDIN, Danilo **Temas para um projeto político-pedagógico**/Danilo Gandin, Luis Armando Gandin. 12. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GESSER, Verônica, **O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática** /Verônica Gesser .- .1 ed. – Curitiba, PR: 2011. 109 p.

GOERGEN, Pedro (org). **Educação e Diálogo**, Maringá: Eduem, 2010. 274p. Textos de Pedro Goergen – **Educação e Diálogo** e Luiz Robert Gomes – **Agir comunicativo, diálogo e educação**

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: No consenso um embate?** Campinas-SP: Papirus, 2000.

GUIMARÃES, M. Intervenção educacional. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

GUTIÉRREZ, Francisco **Ecopedagogia e Cidadania Planetária** / Francisco Gutiérrez, Cruz Prado; tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, - 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

HALL, Stuart, **A identidade cultural na pós-modernidade**/Stuart Hall: tradução Tomaz Tadeu da silva, Guaracira Lopes Louro – 11 ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEINE, Maria Luisa, **Política Nacional de Educação Ambiental e a realidade das escolas públicas: o que as escolas públicas de Ilhéus estão desenvolvendo como educação ambiental?** Salvador, 2013.

http://www.cidadessustentaveis.org.br/sites/default/files/gps/arquivos/04_gestao_local_para_a_sustentabilidade_0.pdf

http://www.cidadessustentaveis.org.br/sites/default/files/gps/arquivos/07_educacao_para_a_sustentabilidade_e_qualidade_de_vida_0

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm

<http://www.seia.ba.gov.br/planos-e-programas/programa-de-educacao-ambiental-na-bahia->

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/iraquara.pdf>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=3261>

<http://guiadeiraquara.com.br/a-cidade-de-iraquara//>

<http://www.infoescola.com/historia/coluna-prestes//>

<http://usinasbr.blogspot.com.br/2008/04/brasil-ecodiesel-iraquaraba.html>

<http://www.portalresiduossolidos.com/lei-12-3052010-politica-nacional-de-residuos-solidos//>

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>

<http://www.qedu.org.br/escola/131812-eef-artemizia-rodrigues-nogueira/aprendizado>

<http://www.qedu.org.br/escola/110179-escola-municipal-prof-nilda-maria-carvalho/aprendizado>

<http://redesocial.unifreire.org.municipio-que-educa/municipio-que-educa-educar-em-todos-os-cantos>. Acesso: 23/03/2011.

KINCHELOE, Joe L. PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LEFF, Enrique, **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder** / Enrique Leff; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique, **Epistemologia Ambiental**: / Enrique Leff ; tradução de Sandra Valenzuela ; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. – 5. Ed. - São Paulo : Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática** / José Carlos Libâneo. 5. ed. revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação/Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional, uma questão paradigmática**. Série Cadernos de Gestão. 7ed.-Petrópolis, RJ:Vozes,2010.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Romulo de Oliveira, **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes.” Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888)**. Salvador - 2013

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis, **Projeto Político-Pedagógico: construção e implementação na escola** / Cássia Ravena Mulin de Assis Medel. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea)

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e Educação ambiental: Uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano in: **Olhares e Trilhas**. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005

MORAN, José Manoel, **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica** / José Manoel Moran, Marcos T. Masetto, Marilda aparecida Behrens. – Campinas, SP: Papirus, 2000. – (Coleção Papirus Educação).

MORIN, Edgar, 1921- **Os sete saberes necessários à educação do Futuro**/Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. - 12.ed, - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

MUTIM, Avelar L. B. Educação ambiental e gestão de cidades sustentáveis. **Educação e Contemporaneidade. Revista da FAEEBA**. v. 16, n. 28, jul/dez, 2007. p. 19-34 Evolução do pensamento científico e abordagem da questão ambiental.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro, **Projeto Político-Pedagógico (PPP): guia prático para a construção participativa** / Nilbo Ribeiro Nogueira – São Paulo: Érica, 2009.

NUNES, Eduardo. Agenda 21: estratégias de desenvolvimento local sustentável local na periferia de Salvador. **Educação e Contemporaneidade. Revista da FAEEBA**. v. 16, n. 28, jul/dez, 2007. p. 57-76 Global e Local: confluências e contradições para o Desenvolvimento Sustentável.

NUNES, Eduardo José Fernandes. Ciência, tecnologia, sociedade e desenvolvimento sustentável: velhos e novos encontros teóricos. In: Nascimento, A. D.; Fialho, N.; Hetkowski, T. (org.). **Desenvolvimento sustentável e tecnologia da informação e comunicação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 89-111

Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. – 3. Ed. – Brasília: A Secretaria, 2001. 128p.

Pátio Revista Pedagógica. Ano V, nº 20 fevereiro/abril 2002. Editora Artes Médicas Sul Ltda.

PELICIONI, Andréa Focesi Ambientalismo e educação ambiental: dos discursos às práticas sociais. - **O MUNDO DA SAÚDE São Paulo: 2006: out/dez 30 (4): 532-543**

Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun.,1992) - Salvador: UNEB, 1992

São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente Conceitos para se fazer educação ambiental/Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3ª ed.São Paulo: A Secretaria, 1999 – (Série educação ambiental, ISSN 0103-2658)

SOUZA, Ricardo Timm de. Ética Como Fundamento - Uma Introdução À Ética Contemporânea/ Ricardo Timm de Souza. – São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928- T759i Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação/ Augusto Nivaldo Silva Triviños. - 1. Ed. – 21. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao//

ANEXOS

GUIA DE ENTREVISTA

Informações prévias

- Agradecer ao participante a colaboração à pesquisa;
- Relembrar o objetivo da pesquisa;
- Informar sobre o desenvolvimento e duração estimada da entrevista;
- Advertir sobre o caráter às vezes intimista das questões, alertando que o participante é livre para responder ou se abster de fazê-lo;
- Explicar a questão da confidencialidade;
- Solicitar a permissão para gravar em áudio a entrevista;
- Apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o convidá-lo a ler e assinar;
- Responder a eventuais questões suscitadas pelo participante.

ENTREVISTA

- 1. Em que contexto histórico surgiu o projeto pedagógico?**
- 2. O que o bom projeto pedagógico deve conter?**
- 3. Quem deve elaborá-lo e como deve ser conduzido o processo?**
- 4. O projeto pedagógico deve ser revisado? Em que momento?**
- 5. Como atuar ao longo de sua elaboração e prática?**
- 6. O projeto pedagógico precisa conter questões atitudinais?**
- 7. O PPP da escola contempla o assunto Educação Ambiental?**
- 8. Quais são as maiores dificuldades na montagem do projeto?**